

# tempo e presença

Publicação de KOINONIA ■ Nº 302 ■ Ano 20 ■ Novembro/dezembro de 1998 ■ R\$ 3,00

## Eleições 98: encaixam-se as peças

Ivo Lesbaupin  
Emir Sader  
Gilberto Vasconcelos  
Marta Suplicy  
Jorge Atilio Silva Iulianelli  
Alexandre Brasil Fonseca



*Como sublinhamos no editorial anterior, o ecumenismo nos é precioso, posto que é parte constitutiva da identidade de KOINONIA. Assim sendo, voltamos a ele. No presente número contemplamos, além de aspectos filosóficos e históricos, à guisa de conclusão, o posicionamento mais atual de KOINONIA com respeito ao tema, por intermédio do texto do nosso Secretário Executivo Rafael S. Oliveira.*

*Recentemente, mais uma vez, as peças do jogo político nacional foram movimentadas. As eleições majoritárias no Brasil — sob os olhos da opinião pública internacional — transcorreram serenas, muito embora estivesse latente o embate entre dois grandes projetos políticos: aquele que aposta na estabilidade da moeda como a única solução para o País; e o que reitera como prioridade a solução para as dívidas sociais que esse modelo de estabilização acarreta.*

*Lamentavelmente, as atenções da opinião pública internacional estiveram voltadas para as eleições, sobretudo em virtude das preocupações dos nossos credores internacionais, aterrorizados com a possibilidade de perderem mesmo que uma diminuta parcela de uma de suas mais copiosas fontes de receita. Por outro lado, os defensores de neoliberalismo também necessitam do “sucesso” do modelo brasileiro a fim de legitimarem sua bandeira ideológica. Por essa razão, a mobilização eleitoreira da mídia em favor da reeleição de Fernando Henrique Cardoso, bem como a disseminação e a circulação do “pensamento único” alcançaram tristes recordes.*

*À semelhança do número anterior, no qual informamos quanto à conjuntura pré-eleitoral, neste buscamos, nos limites de que dispomos, fornecer um balanço avaliativo daqueles aspectos que consideramos relevantes. Isto, sem deixar de incluir o elemento polêmico ao apresentar opiniões algo diferenciadas a respeito de todos os possíveis desdobramentos políticos e econômicos do pleito.*

*Considerando a índole cristã de KOINONIA seguimos a praxe de enviar a você uma mensagem natalina, fazendo nossas as palavras da meditação simples e bonita da Reva. Maria Luiza Rückert, ilustre integrante da nossa Diretoria.*

*Aproveitamos para desejar um ano novo de muita paz.*

*Façam bom proveito!*

## SUMÁRIO

### Estimativa

- 5 O SIGNIFICADO POLÍTICO  
DAS ELEIÇÕES  
Ivo Lesbaupin

### Perspectiva

- 10 AS ELEIÇÕES DE 1998...  
E DEPOIS?  
Emir Sader

### Avaliação

- 13 VITÓRIA COM O PIRES NA MÃO  
Gilberto Vasconcellos

### Compromisso

- 14 FÉ NA MUDANÇA E NA  
CONDIÇÃO DE MULHER  
Marta Suplicy

### Igrejas

- 17 ELEIÇÕES E ALGUMAS LIÇÕES  
Jorge Atilio Silva Iulianelli

### Advertência

- 20 A MAIOR BANCADA  
EVANGÉLICA  
Alexandre Brasil Fonseca

### Entrevista

- 24 JOÃO PEDRO STÉDILE

### Memória

- 28 QUAL TOLERÂNCIA?  
A PROPÓSITO DOS QUATROCENTOS  
ANOS DO EDITO DE NANTES  
Emerson Giumbelli

### Diálogo

- 31 PODEMOS FALAR?  
Heidi Hadsell do Nascimento

### Fidelidade

- 34 AINDA O MICROECUMENISMO...  
Rafael Soares de Oliveira

### Rubem Alves

- 38 SOPAS

### Teologia

- 40 ESTRUTURAS DEMÔNICAS  
NA VIDA URBANA  
Jaci Maraschin

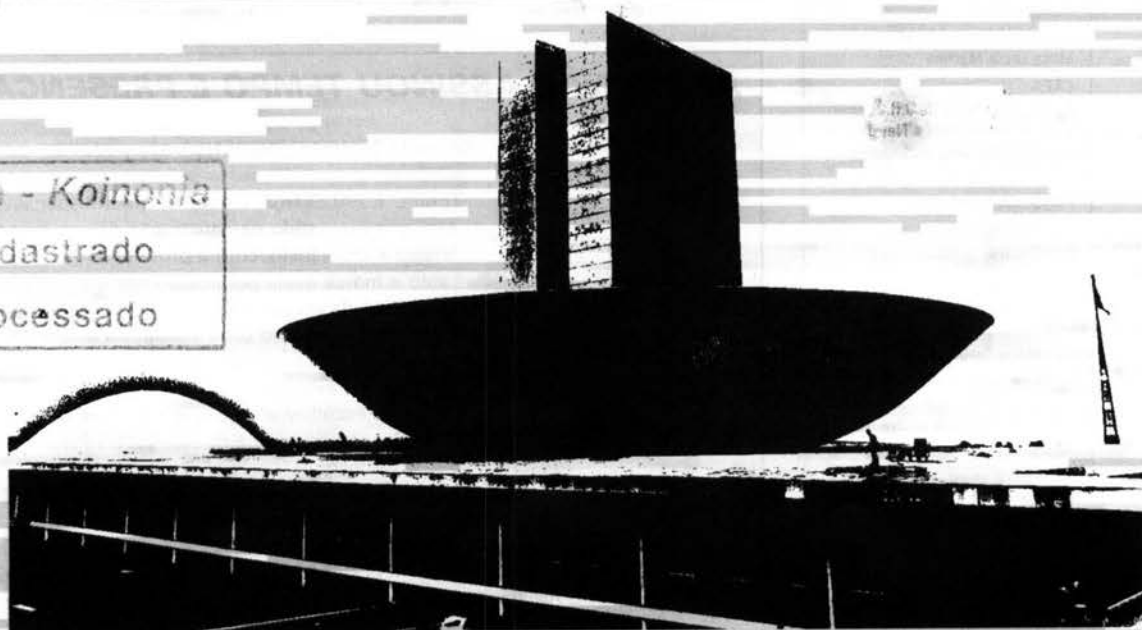
### Koinonia

- 43 PROJETO DE COOPERAÇÃO  
INTERNACIONAL EM  
EDUCAÇÃO TEOLÓGICA

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado



## tempo e presença

Revista bimestral de KOINONIA  
Novembro/dezembro de 1998  
Ano 20 - nº 302

### KOINONIA Presença Ecológica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (021) 224-6713  
Fax (021) 221-3016  
E-mail koinos@ax.apc.org

### CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Messeder Pereira  
Emir Sader  
Ivoni Reimer  
José Oscar Beozzo  
Francisco Catão  
Jether Pereira Ramalho  
Maria Emília Lisboa Pacheco  
Sérgio Marcus Pinto Lopes  
Tânia Mara Sampaio Vieira

### CONSELHO CONSULTIVO

Carlos Rodrigues Brandão  
Ivone Gebara  
Jurandir Freire Costa  
Leonardo Boff  
Luiz Eduardo Wanderley  
Rubem Alves

JORNALISTA RESPONSÁVEL  
Magali do Nascimento Cunha  
MTb 011-233

### EDITOR

José Bittencourt Filho

### EDITORAS ASSISTENTES

Magali do Nascimento Cunha  
Helena Costa

### EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA

Anita Slade

### COPIESQUE

Paulo Roberto Salles Garcia

### REVISÃO

Carlos Cunha

### SECRETÁRIA DE REDAÇÃO

Mara Lúcia Martins

### CAPA

Anita Slade, fotos de J.R. Ripper,  
Marcelo de Oliveira e Nando  
Neves; tratamento da imagem  
Roberto Dalmaso

### PRODUÇÃO GRÁFICA

Roberto Dalmaso

### FOTOLITOS

Graftex

### IMPRESSÃO

Clip

Os artigos assinados não  
traduzem necessariamente  
a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso  
R\$ 3,00

Assinatura anual  
R\$ 18,00

Assinatura de apoio  
R\$ 25,00

Assinatura/exterior  
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Venho respeitosamente pedir informações sobre a revista; uma vez que fui assinante e que hoje gostaria de renovar se possível a assinatura da revista TEMPO E PRESENÇA. Uma revista que procura discutir os problemas do homem de hoje de uma relevância indiscutível ao levar ao conhecimento de todos o mundo dos povos oprimidos.

Sem mais para o momento, agradeço a vossa atenção.

**João de Deus Sousa**

Morrinhos/GO

...“a mina de autêntica esperança está sendo descoberta. É o apoio da comunidade despertada pela fé e unida na solidariedade mais ampla e segura. Quem passou da prática individualista para a comunitária sabe onde mora a esperança de hoje e de amanhã.”

**D. Paulo Evaristo Arns**

Ainda detenho o primeiro exemplar a que tive acesso e oportunidade de conhecer a Revista TEMPO E PRESENÇA (editada pelo CEDI, a de nº 226, Dezembro de 1987). Tinha recebido de um amigo paulista que viera à Feira de

Santana visitar a sua namorada.

Após este contato, resolvi um tempo depois, fazer a assinatura anual da revista iniciando em março de 1989.

Quando recebo o exemplar fico ávido para ler seus artigos e refletir na minha realidade comunitária, além da valiosa colaboração na coordenação da pastoral. Tenho dado ultimamente uma atenção especial às crônicas do Rubem Alves, que aliás é uma viagem.

Parabenizo, mais uma vez, a equipe da KOINONIA pelo esforço, pela coragem e garra em manter o projeto de publicação da revista que muito tem colaborado, acredito, no país afora, para despertar consciências políticas e libertadoras, fermentar esperanças e expectativas de construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, sem opressores e oprimidos.

Espero que o número de assinantes aumente para que possa colaborar na

manutenção da revista e, ajudá-la a superar dificuldades traçadas por esta nefasta e imposta conjuntura neoliberal. Estou fazendo o que me cabe renovando mais uma vez a minha assinatura.

Deus vos abençoe! E que sob a sua luz, seja renovado o compromisso com o ecumenismo nas comunidades cristãs e com a “teimosia da esperança” de buscar construir um mundo melhor.

Um grande abraço a todos e a todas. Fé na caminhada.

**André Luiz Bastos de Freitas**

Feira de Santana/BA

## tempo e presença

Publicação de 1978 - Número 226 - Dezembro de 1987 - R\$ 12,00



## AINDA NÃO ASSINOU TEMPO E PRESENÇA?



Quem lê TEMPO E PRESENÇA não pode ficar somente com um número.

TEMPO E PRESENÇA é uma leitura indispensável para quem está comprometido na construção de um mundo melhor, mais alegre e mais justo, com a profundidade e qualidade que têm sido a marca desta publicação nas últimas duas décadas.

Participe da comunidade de leitores de TEMPO E PRESENÇA e faça agora mesmo uma assinatura anual: R\$ 18,00 (assinatura normal); R\$ 25,00 (assinatura de apoio); US\$ 50,00 (assinatura para o exterior).

Basta escolher uma das três formas de pagamento:

- Cheque em nome de KOINONIA Presença Ecológica e Serviço
- Depósito na conta Bradesco 15.245-5, agência 1745-0

(remeter cópia do recibo)

• Vale Postal para KOINONIA Presença Ecológica e Serviço (remeter cópia do recibo)  
Enviar para KOINONIA Presença Ecológica e Serviço, a/c Setor de Distribuição  
Rua Santo Amaro, 129, Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Tel. 021-2246713 Fax 021-2213016 E-mail: koinos@ax.apc.org



# O SIGNIFICADO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES

Ivo Lesbaupin

**Diante de um processo eleitoral marcado por favorecimentos diversos ao candidato-presidente, com participação dos meios de comunicação e dos institutos de pesquisa, o resultado não deixa de ser surpreendente, especialmente pelo fortalecimento do bloco de esquerda. O caminho, a partir de agora, é a oposição apontar um modelo alternativo, estratégias alternativas, mostrar uma caminhada que eleja o povo como prioridade**

**O**s resultados das últimas eleições são extremamente significativos. Podemos mesmo dizer que cada turno teve um significado especial. Nesta campanha eleitoral — especialmente a partir de maio, quando as pesquisas eleitorais mostraram Lula bem perto de Fernando Henrique Cardoso — a mídia e os institutos de pesquisa usaram um verdadeiro rolo compressor a serviço do presidente e de seu projeto neoliberal. Foi a eleição mais apática desde 1970, em plena ditadura militar. Essa apatia não foi casual e, sim, resultado de uma grande campanha mediática para passar à população a impressão de que não estávamos verdadeiramente num processo eleitoral, mas num processo de continuidade daquele que havia sido o melhor governo da história do País.

Para chegar a esse resultado, os

meios de comunicação — a televisão em primeiro lugar, mas também a grande imprensa e as principais revistas semanais, além das rádios — impediram o debate sobre os grandes problemas brasileiros, não deixaram que se fizesse a avaliação dos quatro anos do governo FHC e sonegaram informações sobre a crise econômica que se abateu sobre o País. O caos social em que nos encontramos — na saúde, na educação, na seca, na moradia, na distribuição de renda —, fruto da opção fundamental do governo de submissão aos mercados financeiros internacionais, desapareceu de cena.

Criou-se um clima de unanimidade e de ausência de alternativas. Os meios de comunicação abriam um espaço duas a três vezes maior para FHC que para Lula, e menor ainda para Ciro Gomes. O jornal “Folha de São Paulo” admitiu isso publicamente ao fazer uma auto-avaliação de sua cobertura das eleições: disse que dividia o espaço do jornal entre os candidatos de acordo com a taxa de intenções de voto que cada um tinha: 30% para FHC, 15% para Lula e 1% para os outros. Mas sua *ombuds-woman* revelou que 30% eram para o candidato FHC, enquanto 50% eram para o governo (e, portanto, para o presidente FHC). Em suma, 80% de espaço para FHC, 15% para Lula, e o restante para os demais. Com uma diferença importante: enquanto o noticiário sobre o presidente-candidato era positivo, exaltante ou elogioso, o noticiário sobre o principal candidato das oposições era, regra geral, crítico, diminutivo, pejorativo.

Outra desigualdade veio se acrescentar a essa: o próprio presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) declarou, dois meses antes da eleição, preferir que a eleição se encerrasse no primeiro turno — o que significava apoio a FHC. E, dez dias antes do pleito, numa nova demonstração de parcialidade, afirmou publicamente que era necessário que Fernando Henrique ganhasse a eleição, porque só assim conseguiria manter a política econômica que havia iniciado.

## “PACOTES ELEITORAIS”

É preciso não esquecer que as eleições foram condicionadas por decisões anteriores que influíram decisivamente na parcialidade do processo eleitoral. Em primeiro lugar, a aprovação da emenda constitucional que permitiu o direito à recandidatura (que a imprensa insiste em chamar de direito à reeleição). Essa emenda só foi aprovada graças à compra de votos de parlamentares pelo governo, como foi fartamente denunciado — explícita ou implicitamente — pela imprensa da época (primeiro semestre de 1997). O assunto, nos meses que antecederam as eleições, foi “esquecido” pela mesma imprensa.

Em segundo lugar, no segundo semestre do ano passado, foi votada uma legislação eleitoral que, tal como os “pacotes eleitorais” da ditadura militar, favoreceu imensamente o presidente-candidato: a permissão ao presidente de se manter no cargo durante a campanha eleitoral (permissão negada a quem quisesse se candidatar a vereador!), a redução do período que separa o primeiro do segundo turno e

a diminuição do tempo de propaganda gratuita (na TV e no rádio) de 60 para 45 dias. Esta última afetou unicamente a oposição, já que o governo, obviamente, está diariamente na imprensa, ao passo que a oposição só pode aparecer na mídia por meio da propaganda gratuita. A permissão para permanecer no cargo possibilitou uma larga utilização da máquina governamental a serviço do presidente-candidato: desde o direcionamento de verbas para aliados, assim como para conclusão de obras governamentais, até a divulgação de medidas de implementação de projetos governamentais copiados de propostas apresentadas por candidatos da oposição durante a campanha eleitoral.

Quando a crise econômica finalmente nos atingiu em agosto — crise anunciada com grande antecedência — e os dólares começaram a fugir do País aceleradamente (chegou a dois bilhões por dia), quando não havia mais meio de esconder a responsabilidade do governo, a mídia inventou mais uma: atribuiu o desastre brasileiro a uma crise mundial, omitiu o papel do governo e apresentou o presidente como o homem mais preparado para enfrentar a crise. FHC, o causador da crise no Brasil, foi apresentado como o salvador da pátria. Toda a responsabilidade da política econômica brasileira de 1994 em diante na geração da vulnerabilidade do País, na ausência de mecanismos de defesa, foi varrida para baixo do tapete. E a solução que o governo tomou — de aumento dos juros, mais uma vez, e a opção pelo aumento de impostos e a ida ao FMI — foi apresentada como a única saída.

#### **FHC PERDE E OPOSIÇÃO AVANÇA**

Esse rolo compressor deveria ter resultado numa vitória retumbante de FHC e numa derrota acachapante da oposição. Mas não foi assim. Fernando Henrique efetivamente venceu no primeiro turno, mas por uma pequena diferença: 53,06% (menos que em 1994, quando alcançou 54,3%). Em

compensação, Lula teve 31,71% (mais de quatro pontos acima de 1994: 27,04%). O número de eleitores de FHC (35,9 milhões) foi menor que a soma das abstenções, votos nulos e brancos: 38,3 milhões. Fernando Henrique foi eleito por um terço dos eleitores do País (106 milhões). É preciso ressaltar, igualmente, que FHC perdeu em seis capitais do Nordeste: Teresina, São Luís, Fortaleza, João Pessoa, Aracaju e Salvador (nesta última, domínio do aliado principal do presidente e líder do PFL, Antonio Carlos Magalhães, FHC teve menos da metade dos votos de Lula) — e em outras quatro capitais: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio Branco e Macapá. Fernando Henrique perdeu em estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará. É de se notar a mudança do voto nordestino, tradicionalmente conservador.

Contrariamente à previsão de vários institutos de pesquisa (especialmente Ibope e Vox Populi), a oposição chegou ao segundo turno em três estados, em dois deles em primeiro lugar: Rio Grande do Sul, Brasília e Mato Grosso do Sul. A candidata do PT ao governo de São Paulo, Marta Suplicy, quase ultrapassou Mário Covas (PSDB) na ida para o segundo turno (a diferença foi de 0,5%). Neste caso, não há dúvida de que os institutos de pesquisa foram os responsáveis por uma grossa manipulação ao colocá-la sempre em quarto lugar nas pesquisas e ao afirmarem que somente Covas e Rossi tinham possibilidade de ir para o segundo turno. Com isso, mesmo eleitores de Marta votaram em Covas, para impedir a passagem de Rossi. Neste caso, foi importante a revelação de que os institutos de pesquisa não trabalharam com imparcialidade: serviram evidentemente a um lado em detrimento do outro. Esta é uma denúncia que tem aparecido em todas as eleições, desde o retorno do regime democrático, mas até então não havia evidências inquestionáveis.

A oposição conseguiu eleger no pri-

meiro turno dois governadores, o do Acre (PT) e o de Alagoas (PSB). Além disso, dois candidatos ao Senado pela oposição quase derrotaram velhos caciques de dois estados tradicionalmente dominados pela situação: Amazonas e Pará. A diferença aí também foi mínima, menos de 3% dos votos.

A outra vitória da oposição — tanto maior quanto a campanha eleitoral ter sido um verdadeiro rolo compressor — foi a conquista de um maior número de cadeiras na Câmara Federal e no Senado. A oposição (PT-PDT-PSB-PCdoB-PPS) passou de 96 para 111 deputados federais, obtendo mais 15 vagas. A base governista (PFL-PSDB-PMDB-PPB-PTB-PSD) perdeu 15 lugares: de 395 para 380. Aqui, todos os partidos perderam deputados, exceto o PSDB, que ganhou cinco vagas, e o PTB, que ganhou oito. O PT conseguiu eleger mais dois senadores e quase elegeu outros dois. A oposição em conjunto passou de 12 para 13 senadores. Mais significativo ainda é que os candidatos mais votados em vários estados foram da oposição: o mais votado do País foi José Genoíno (SP). Os dois mais votados de São Paulo foram candidatos do PT; o campeão de votos no Rio de Janeiro foi Miro Teixeira (PDT); no Rio Grande do Sul, Paulo Paim (PT); em Mato Grosso do Sul, Ben-Hur (PT); em Sergipe, Marcelo Déda (PT); no Acre, Marcos Afonso (PT); no Ceará, Inácio (PCdoB).

#### **O QUE ESTE PROCESSO NOS REVELA?**

Em primeiro lugar, que a mídia, quando age unanimemente, é capaz de eleger qualquer candidato: assim foi no segundo turno de 1989, no primeiro turno de 1994 e no primeiro turno de 1998. Esta é uma característica recente dos meios de comunicação: a unanimidade. Até 1990 — início do governo Collor — tínhamos uma mídia de orientação conservadora, mas que permitia a expressão de opiniões diferentes, inclusive da oposição. Agora, especialmente em épocas eleitorais, a oposição é varrida do noticiário. Só



tem lugar o “pensamento único”. Notícias prejudiciais à situação são omitidas, num processo claro de autocensura. Em outros termos: enquanto não tivermos uma democratização dos meios de comunicação, será impossível falar de democracia neste país. Os candidatos de oposição estarão sempre lutando em condições extremamente desvantajosas e seus projetos não terão espaço para ser apresentados e discutidos. Tudo se passa como se houvesse um único projeto — o do governo —, uma única verdade, uma única possibilidade, uma única saída.

**A mídia e os institutos de pesquisa usaram um verdadeiro rolo compressor a serviço do presidente e de seu projeto neoliberal**

Uma segunda conclusão a ser tirada: apesar do rolo compressor da mídia (e dos institutos de pesquisa), sua influência não é absoluta e a população não se deixa determinar inteiramente por ela. A votação relativamente baixa do presidente, assim como o crescimento da votação na oposição nos níveis do Legislativo e de governos estaduais é um sinal disso. Cresce, pouco a pouco, o nível de consciência do eleitorado brasileiro.

Finalmente, ao mesmo tempo em que reconhecemos a performance da oposição nesta eleição, quando lutou em situação de extrema desigualdade, é preciso fazer algumas observações. A dificuldade de conseguir candidatos que representem uma faixa mais ampla do eleitorado é evidente: o esforço para articular uma candidatura desse tipo foi pequeno. A dificuldade do PT de sair da mesmice é

outra evidência: a reapresentação, pela terceira vez, do mesmo candidato, sabidamente desgastado, foi reconhecidamente um erro — e percebido muito antes do período eleitoral. Além disso, a chapa de candidatura à Presidência, que pretendia ser uma ampliação — PT + PDT —, acabou significando uma redução das possibilidades. Lula é um candidato forte, mas tem sérias resistências em parte do eleitorado. Por outro lado, o vice escolhido, Brizola, não é um candidato forte (desde o início dos anos 90, quando se aliou a Collor) e, sobretudo, sofre maiores resistências por grande parte do eleitorado. O resultado é que inúmeros eleitores que teriam votado em Lula, mesmo sem serem ligados ao PT, deixaram de fazê-lo por causa do vice (nos últimos anos, várias vezes o vice-presidente assumiu o mandato presidencial: José Sarney, em 1985, e Itamar Franco, em 1992). Fosse outro o candidato pelo PDT a vice-presidente, certamente não haveria esse problema. Além disso, a aliança acabou exigindo sacrifícios dentro do PT que arranharam seriamente a democracia interna do partido. O PT sai fortalecido das urnas, mas vai precisar achar uma solução para sua situação interna para não correr o risco de dividir-se.

#### **ÉTICA: UM TEMA SUPÉRFLUO**

O segundo turno foi outra história, praticamente uma outra eleição. Não estava mais em jogo o governo do país, a elite podia respirar aliviada, a mídia não precisava ser tão parcial. Embora a apenas três semanas do primeiro turno, os eleitores puderam votar menos pressionados por uma decisão do tipo “ou ele ou o caos”. Nos estados onde disputavam um candidato da situação e outro de partido da oposição, todos os candidatos a governador apoiados pelo governo foram derrotados, com uma única exceção (Brasília). Antônio Britto, Eduardo Azeredo — recandidatos — e César Maia perderam a eleição. Os candidatos, claramente identificados



Luís Alvarenga/ AJB

como oposição ao governo federal — Olívio Dutra (Rio Grande do Sul), Itamar Franco (Minas Gerais), Zeca do PT (Mato Grosso do Sul), Anthony Garotinho (Rio de Janeiro, com vice do PT — Benedita da Silva), — foram sufragados nas urnas, em alguns casos com uma expressiva votação, como Zeca do PT, eleito por 61% contra 38% do outro candidato, Garotinho com 58% contra 42% de César Maia, Itamar Franco com 57% contra 42% de Azeredo.

Onde tiveram opção, os eleitores votaram mais à esquerda, contra o candidato escolhido pelo presidente. Mesmo em São Paulo, onde Mário Covas, do PSDB, venceu, a aliança que permitiu sua vitória foi mais à esquerda — junto com PT e PSB — e com um apoio extremamente tímido do presidente — que só saiu a público quando as pesquisas revelaram a primazia de Covas (uma semana antes do pleito). É preciso não esquecer que as relações entre Covas e FHC foram difíceis desde o início do governo, mesmo em razão da constante aproximação entre FHC e Paulo Maluf. Pouco mais de um ano antes, o presidente conseguira um acordo com Maluf, no sentido de este não se candidatar à presidência. Certamente deveria haver compensação. No primeiro turno, FHC chegou a aparecer junto a Covas e também junto a Maluf, numa clara demonstração de não opção preferencial.

Mais que isso: é preciso sobretudo não esquecer que a questão da corrupção — fundamental na distinção entre Covas e Maluf — é absolutamente supérflua para FHC, que não economiza qualquer meio para atingir seus fins, inclusive a compra de votos. Políticos como ACM, Maluf, Sarney, Roriz, são perfeitamente aliados do governo, a pedido do próprio. Depois da CPI do PC, do *impeachment* de Collor (1992) e da CPI do Orçamento (1993), estes políticos não tinham a mínima chance nacional, em razão das suspeitas de corrupção em seu passado (ou presente) político.

Quem os retirou do ostracismo, quem os reabilitou para a vida pública, quem os recolocou em lugar de honra foi o próprio Fernando Henrique Cardoso, quando se aliou a ACM e a seu partido, o PFL — partido-símbolo da corrupção e do fisiologismo —, na campanha eleitoral de 1994. Ele convenceu seu partido, o PSDB — partido supostamente símbolo da ética — de que tal aliança era absolutamente indispensável para a vitória. E a mídia se submeteu a esse convencimento. Daí a frente, o tema da ética na política — tema central nos anos de 1992 e 1993 — ter desaparecido dos jornais e aqueles políticos voltaram a ser importantes, porque o critério decisivo deixou de ser a ética e passou a ser a eficácia. Daí para a frente a questão importante não era se houve ou não compra de votos, mas, sim, em função de que objetivo. Os fins voltaram a justificar os meios. Se, depois de 1993, ACM voltou novamente à cena política nacional, se Maluf voltou à cena política, e em condições de ser vitorioso, se Sarney é um político respeitado — inclusive fora do Maranhão —, eles o devem a Fernando Henrique.

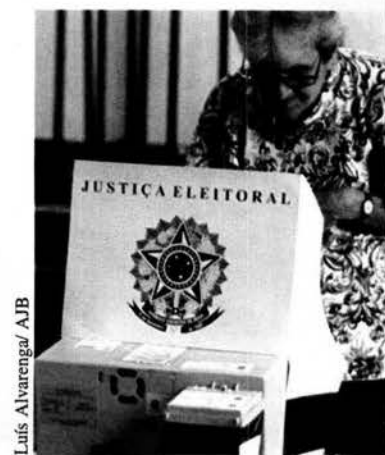
A derrota de um político esperto e corrupto, capaz de utilizar qualquer meio para chegar a seus fins — Maluf —, em São Paulo, tem um peso que não se pode negligenciar. Basta lembrar que, há apenas dois anos, ele conseguiu eleger seu sucessor, Celso Pitta, para a prefeitura de São Paulo, um nome praticamente desconhecido (e que agora é conhecido por seu mau governo). A derrota de um outro político esperto, capaz de manobras e “factóides” de todos os tipos para atingir seus objetivos, também tem um significado especial. É a derrota da idéia — que vinha sendo difundida com grande facilidade — de que basta dinheiro, um bom marketing e uma campanha “científica” — com vídeos, gravações, pesquisas diárias, quantitativas e qualitativas —, para um candidato se eleger. César Maia foi derrotado no Rio de Janeiro, apesar

do apoio de Fernando Henrique, do PFL, do prefeito do Rio (que ele conseguiu eleger em 1996), de muitos prefeitos de municípios importantes e apesar de sua campanha “científica”.

## NO SEGUNDO TURNO, UM RECALDO

É preciso também chamar a atenção para o avanço das esquerdas em regiões geográficas tradicionalmente identificadas como redutos do conservadorismo. Já nos referimos ao Nordeste; cabe observar agora o caso da Amazônia. O Acre foi o único estado onde o PT ganhou no primeiro turno, candidatos da oposição ao senado chegaram a menos de 3% de diferença da vitória em disputa com um grande cacique — Amazonas (Gilberto Mestrinho) — e um forte candidato dos conservadores — Pará (Luiz Otávio, do PPB). O caso do Mato Grosso do Sul também chama a atenção, porque a vitória de Zeca do PT sobre o candidato dos conservadores foi extraordinária. O Centro-Oeste foi a região onde, no primeiro turno, FHC recebeu sua melhor votação! Pois bem, sinal dos tempos, Zeca foi votado in-

Não foi a crise internacional que nos derrubou, foi a vulnerabilidade a que o governo FHC nos levou





clusive por fazendeiros, cansados da velha política corrupta.

Os resultados do segundo turno revelaram a vitória de governadores de oposição em importantes estados, como Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro — além do Mato Grosso do Sul e Amapá, e do Acre e de Alagoas (1º turno) e de um candidato do PSDB relativamente crítico à política de FHC (Mário Covas) em São Paulo. Somente em Brasília, Cristovam Buarque (PT) perdeu para Joaquim Roriz (PMDB). As análises apontaram a guinada à esquerda e as dificuldades maiores que o governo federal enfrentará neste segundo mandato em seu relacionamento com o Congresso. Isto porque os governadores têm sempre alguma influência sobre os parlamentares de seus estados. No segundo turno, os eleitores enviaram um recado ao presidente no sentido de que seu voto no primeiro turno não foi um apoio incondicional. Isto é particularmente importante neste momento, em que o governo necessita aprovar um pacote de medidas econômicas extremamente impopular para atender às exigências dos mercados financeiros e controlar a crise em que jogou o Brasil.

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso se inicia em condições totalmente diferentes do primeiro. Na primeira eleição, FHC foi eleito no primeiro turno, por um plano econômico que reduziu drasticamente a inflação e possibilitou, ao menos num primeiro momento, a melhoria das condições de vida da população. Ele foi eleito num clima de entusiasmo e de esperança. Propunha as reformas que a elite econômica do País desejava e teve apoio parlamentar e político para isso. Sua reeleição se dá num contexto adverso. Depois de quatro anos de governo, o Brasil enfrenta uma grave crise econômica, causada exatamente devido à política econômica adotada neste período e à falta de atuação numa área que tinha sido objeto das promessas eleitorais do primeiro governo: o déficit públi-

co. FHC foi reeleito sem nenhum entusiasmo e num clima de desesperança. O primeiro plano que o novo governo tem a oferecer é um pacote de medidas que vai provocar uma sensível piora das condições de vida de toda a população, especialmente da mais pobre, e também do empresariado. O crescimento econômico e a melhoria das condições de vida, são uma perspectiva de longo prazo, não alcançáveis nos próximos quatro anos. O que o novo governo tem a oferecer ao povo brasileiro de novo ou de bom? Mais nada, a não ser a mesma inflação controlada há quatro anos.

Além disso, todo o discurso neoliberal da redução do Estado e da liberação do mercado envelheceu ao ponto de se tornar decrépito. O mundo vive hoje uma insegurança enorme. O conjunto dos países que seguiram a cartilha do FMI, do Banco Mundial e do Consenso de Washington entrou numa crise econômica sem perspectivas de saída a curto prazo, jogando suas populações numa situação social extremamente grave. Nem mesmo os grandes gurus neoliberais confiam mais no Fundo Monetário Internacional. Constantemente volta à baila a memória sobre a crise de 1929 e a possibilidade de uma grande depressão mundial. As certezas desapareceram. Ao contrário: elas mudaram de lado. O que é certo hoje é que a aplicação da política neoliberal leva necessariamente à degradação das condições de vida da maior parte da população. A globalização do capital, a desregulamentação, a plena liberdade para os capitais especulativos destrói a capacidade executiva dos Estados nacionais. Volta-se a falar da importância do Estado nacional para o desenvolvimento do País. Os dogmas neoliberais estão ruindo por terra numa rapidez imprevista, como gigantes de pés de barro.

Pois bem, este é o clima no qual se inicia o novo governo. Certamente, do ponto de vista numérico, a base governista diminuiu muito pouco — quinze cadeiras na Câmara, uma no

Senado, seis governadores a menos. Mas a hegemonia do governo, a confiança na equipe econômica — mesmo por parte do empresariado — está seriamente abalada. O número de vozes discordantes do discurso oficial cresce a cada dia, entre empresários, economistas de direita, no seio da própria base governista de parlamentares e de governadores. A grande onda que provocou a adesão de uma grande parte dos intelectuais ao presidente a partir de 1994 começa a ser revertida: poucos têm coragem hoje em dia de defender incondicionalmente o governo.

### **E AS ESQUERDAS ANTE A SITUAÇÃO PÓS-ELEITORAL?**

As esquerdas têm a possibilidade de apontar um modelo alternativo, estratégias alternativas, de mostrar um caminho que eleja o povo como prioridade e cobre dos setores privilegiados, da camada mais rica da população, a sua parte. Há propostas já colocadas: é preciso amplificá-las, torná-las mais conhecidas, fazer um debate público delas. A cada proposta do governo, é preciso oferecer a crítica e o modelo alternativo, mostrar as consequências para a vida da população e como elas poderiam ser evitadas com outro modelo. É preciso acabar de vez com a falsa afirmação de que “este é o único caminho”, “esta é a única saída”. É preciso, sobretudo, fazer a crítica da proposta neoliberal no âmbito internacional e demonstrar como essa política seguida nos últimos vinte anos provocou o desastre social e econômico a que estamos assistindo.

O momento é este. A oposição perdeu a eleição presidencial, mas não perdeu as eleições parlamentares nem as dos governadores. Sobretudo, não perdeu a batalha das idéias, das propostas. Agora, poderá promover um consenso em torno de sua crítica e de suas propostas alternativas.

---

**Ivo Lesbaupin** é sociólogo e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

# AS ELEIÇÕES DE 1998... E DEPOIS?

Emir Sader

**Em uma breve análise sobre o processo eleitoral, o autor critica a estratégia da esquerda e ao mesmo tempo coloca diante dela a responsabilidade de criar um programa alternativo para o Brasil em face da crise por que atravessa**

**A**s eleições gerais de 1998 no Brasil nem chegaram a se constituir como um acontecimento. Transcorreram quase como uma tragédia grega, com um destino pré-fixado em que os personagens se limitavam a cumprir seus papéis. O governo não quis e a oposição não conseguiu discutir os temas essenciais do País, colocados na mesa das penosas negociações dos ministros econômicos com o FMI em Washington.

Os primeiros meses do ano haviam demonstrado que nem o prestígio do governo era inabalável e que nem Lula — fosse ou não a melhor alternativa para a oposição, àquela altura já condenada a seu nome pelo adiamento da decisão — tinha um tope no crescimento de sua candidatura. Em abril, as candidaturas de FHC e de Lula se aproximavam nas pesquisas de opinião, como resultado de uma série de fatores, dentre eles o mal-estar com a crise social, os efeitos da seca e dos saques no Nordeste, com a ação das igrejas, do

MST e de setores do Judiciário, o descaso do governo em relação às queimadas, a auto-suficiência de FHC. Naquele momento, a imprensa foi obrigada a dar espaço para as alternativas de políticas por parte da oposição, já que esta se havia transformado numa alternativa eventual de governo.

FHC retomou a iniciativa, apoiado nos amplos recursos de propaganda do Estado, ao mesmo tempo em que a oposição, pega tão de surpresa pela virada da situação quanto o próprio governo, não soube dar continuidade à ofensiva, revelando-se despreparada — do ponto de vista de propostas e de formas continuadas de ação — para consolidar aquela virada na opinião pública. Assim, a campanha teve um ritmo lento, uma espécie de calmaria que precede a tempestade. Lula, com o peso de uma rejeição que implica, entre outras coisas, uma imagem de insegurança, de crise, de instabilidade, não se sentiu à vontade para alertar claramente sobre o que esperava o País, acreditando que o catastrofismo que passaria não fortaleceria a segurança que falta à sua imagem pública. Além disso, uma orientação moderada, com expectativas — indevidas — de que poderia ganhar setores do grande empresariado, também contribuiu para um certo tom contido da campanha, que não entusiasmou nem sequer os eleitores cativos.

Foi, no entanto, a campanha que a direção do PT projetou: com o can-

didato e o vice de sua preferência, com a orientação, a direção de campanha, a equipe de publicidade e as alianças por que ela optou. Os resultados ficaram muito aquém do que teria sido possível nas condições em que se encontra o País. Com esta terceira eleição presidencial, se esgotou o impulso histórico original do PT. Esgotaram-se seu discurso e sua linguagem, terminou o ciclo de uma geração de quadros dirigentes. Sua continuidade requer uma renovação em todos esses aspectos. Qualquer ilusão de continuísmo gradualista representará caminho para uma decadência, para um desencontro entre os requerimentos da crise social de proporções gigantescas que se avizinha e a institucionalização de um partido que perdeu fôlego. O debilitamento da equipe política paulista que dirigiu o partido em torno de Lula até aqui e o fortalecimento do Rio Grande do Sul colocam os elementos para uma oxigenação teórica e política do partido.

## QUEM GANHOU E QUEM PERDEU

No conjunto, os resultados eleitorais podem ser resumidos da seguinte forma:

- FHC obteve uma votação, seja pelo efeito de inércia da distribuição de renda do meio para o baixo da pirâmide social nos dois primeiros anos do Real, seja porque a oposição não conquistou credibilidade para representar uma alternativa;
- O voto opositor se canalizou para



as instâncias em que não havia plebiscito sobre a estabilidade monetária, em particular para governadores, em que o governo saiu derrotado em três dos quatro principais estados, além de ter uma vitória de duvidoso significado governista em São Paulo;

- O ritmo de crescimento da esquerda — e do PT, em particular — diminuiu, refletindo sua perda de combatividade e de criatividade.

Em termos individuais, dentre os políticos com projeção nacional, saíram vencedores, pela direita, FHC, ACM e Covas (este, como um fenômeno mais complexo); e pela oposição Itamar, Olívio Dutra e Garotinho. Derrotados, na direita: Jader Barbalho, Iris Rezende, Antonio Britto, Eduardo Azeredo. Na esquerda: Lula, Arraes, Cristovam Buarque. Ciro Gomes se fortalece, assim como Marta Suplicy, apesar de não saírem ganhadores.

Para a esquerda, resta uma nova oportunidade histórica, dado que, com o primeiro termina também o segundo mandato de FHC, que já tem hipotecado sua segunda presidência com a administração da recessão mais

profunda e prolongada que a geração atual conheceu. Colocam-se assim dois desafios para a esquerda. O primeiro é o de situar-se diante da crise atual com um projeto alternativo de um novo tipo de sociedade, do qual se deduzem as linhas políticas, inclusive a econômica. A falta desse tipo de projeto impediu que a campanha de Lula tivesse fixado na população o projeto alternativo da esquerda para o País. O segundo é o de colocar-se à cabeça da resistência social ao pacote FHC/FMI, de forma a acumular a força social necessária para conquistar uma hegemonia de esquerda no Brasil.

Qualquer visão que se contente em projetar a ação da esquerda es-

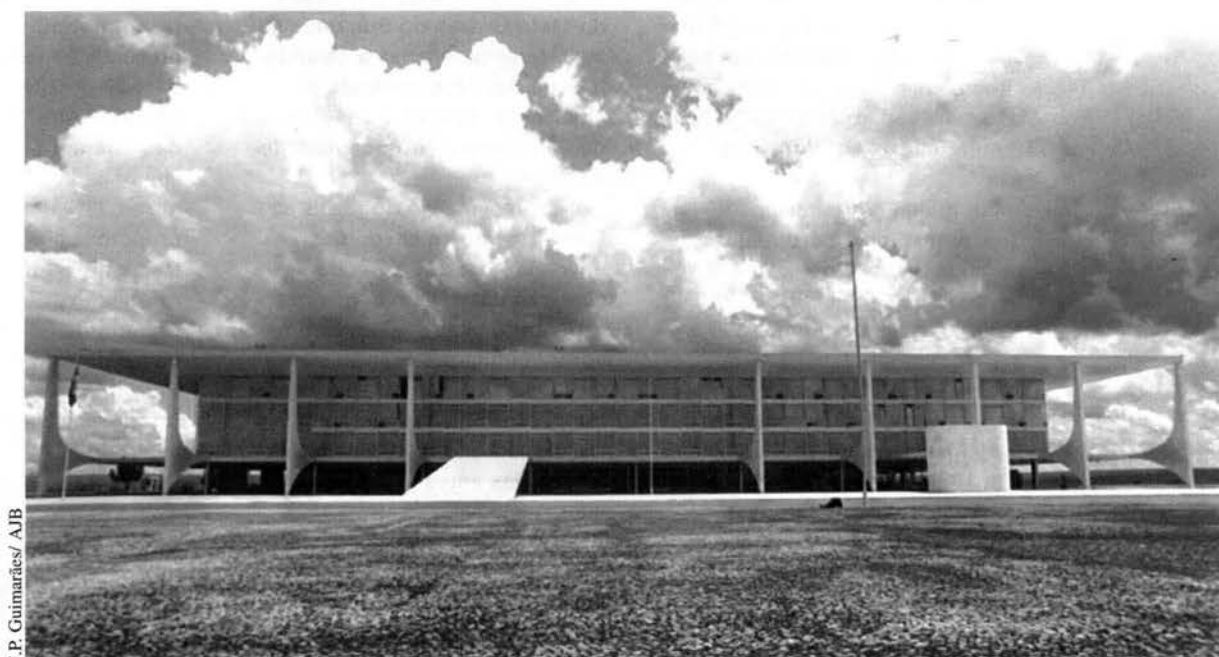
**O governo não quis e a oposição não conseguiu discutir os temas essenciais do País, colocados na mesa das penosas negociações dos ministros econômicos com o FMI em Washington**

tritamente nos marcos institucionais — pensando, por exemplo, como referência central dos enfrentamentos no País nas eleições municipais de 2000, abstraindo-se das lutas que se darão a partir de agora na luta contra o pacote — não será capaz de transformar em força material as propostas que a esquerda venha a elaborar.

O Brasil não sairá o mesmo da tentativa do governo FHC de impor três anos de duros sofrimentos aos de baixo, para pagar a conta da farra especulativa das elites. Hoje, o País sai das eleições desmobilizado, desarmado diante da ação do governo, enfraquecido para resistir à ofensiva política e propagandística que tentará viabilizar o pacote do FMI. À esquerda cabe a responsabilidade de enfrentar essa situação com um apelo entusiasmante à luta, com um programa alternativo e com uma vontade de vencer que demonstre que um outro país é não somente necessário, como possível.

---

**Emir Sader**, analista político e professor de Sociologia da Uerj.



J.P. Guimarães/ AIB

## ELEIÇÕES

# RESULTADOS CONFIRMAM PREVISÃO DE INESC

Marcondes Sampaio

Salvo pela consolidação do PSDB como segundo maior partido na Câmara, as previsões do Inesc referentes à composição do futuro Congresso e publicadas no encarte de TEMPO E PRESENÇA (n. 300) estão confirmadas nos principais itens constantes do estudo. Como foi previsto, a estrutura partidária resultante das urnas de 4 de outubro mantém grande semelhança com a da atual legislatura, com o PMDB consolidando sua posição como maior partido no Senado e o PFL o maior na Câmara. A renovação da Câmara foi de 43,8%, se considerados apenas os 288 titulares de cadeiras reeleitos, ou de 42,3%, se incluídos oito suplentes que exerceram o mandato por pequenos períodos nos dois últimos anos. Deste modo, com a inclusão dos suplentes, a Câmara terá 225 novos deputados, número que se situa dentro da previsão de que os novos seriam entre 220 e 240, ou um índice "em torno dos 45%".

Foi igualmente antecipado que, juntos, os quatro maiores partidos da base de sustentação do governo — PFL, PSDB, PMDB e PPB — elegeriam entre 350 e 370 deputados. Foram eleitos 347 — três a menos que o mínimo previsto. Para a oposição, o prognóstico foi de "pouco além dos 100 deputados", considerando-se o bloco composto, na Câmara, pelo PT, PDT, PSB e PC do B. Nesse bloco foram eleitos 109, com o crescimento das bancadas do PT (de 50 para 58), do

PDT (de 23 para 25), do PSB (de 14 para 19) e a queda da representação do PC do B, de nove para sete integrantes. O PPS, que não integra o bloco opositor, ficou ainda mais reduzido, caindo de sete para três deputados, com a derrota dos seus três representantes no Ceará e de Sérgio Arouca, no Rio de Janeiro.

O cálculo máximo para o PT foi de até 60 deputados. Essa previsão mais contida refletiu o ambiente de ceticismo que era observado no partido poucos dias antes da eleição, em razão das questionadas pesquisas de opinião que indicavam como remota a possibilidade de Lula chegar ao segundo turno. As previsões para o PT, em cada estado, entretanto, foram plenamente confirmadas, à exceção de Mato Grosso do Sul, onde se fez referência apenas à candidatura de Ben Hur, omitindo as chances do vereador João Grandão, também eleito deputado federal.

A representação do PSDB na Câmara também chegou a ser envolvida por um clima de pessimismo nas semanas que antecederam o pleito, e por isso foi surpreendida pela conquista de cinco cadeiras a mais, passando de 94 para 99 deputados, nove a mais que a previsão máxima do Inesc. Dias antes da eleição, o líder Aécio Neves esteve em Brasília para, em declarações à imprensa, reafirmar a antiga avaliação de que o partido elegeria até 120 deputados. Mas

essa visão otimista foi encarada como uma espécie de "dever de ofício", uma manifestação destinada a estimular as bases do partido nos Estados.

Confirmando o artificialismo dessa avaliação, o deputado paraense Luis Carlos Hauly afirma que na realidade o cálculo predominante no partido situava a futura bancada federal dos tucanos em cerca de 80 deputados. Hauly admite que o desempenho muito além dessa expectativa resultou da influência da máquina administrativa no processo eleitoral e, principalmente, do "voto de legenda" — associado ao número 45, marcante na propaganda de Fernando Henrique Cardoso e dos demais candidatos majoritários do PSDB.

Ainda no perfil geral da Câmara, confirmou-se a queda na representação feminina, de 37 para 29 deputadas, um desempenho frustrante para lideranças que lutaram pela aprovação da chamada Lei de Cotas, que assegurou 25% das candidaturas proporcionais às mulheres. Entre as novas deputadas, a figura mais expressiva é a ex-prefeita de São Paulo e ex-ministra da Administração, Luiza Erundina. As principais perdas foram registradas na representação do PT.

Marcondes Sampaio é consultor do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc).



# VITÓRIA COM O PIRES NA MÃO

Gilberto Vasconcellos

**A aventura de atrelar a economia ao dinheiro volátil e especulativo foi encarada como operação tranqüila e segura**

A vida intelectual e acadêmica do atual presidente da República sempre foi balizada por duas variáveis intimamente solidárias: a interna e a externa ao país. Ora juntando o texto e a biografia, ora disjungindo-os consoante os imperativos de sua "carrière" bem-sucedida e triunfal. Em vários momentos, avulta nele o regozijo autoral por ser o teórico e, simultaneamente, o ideólogo representante da internacionalização da cultura e da política.

Na seqüência da supressão do chamado autoritarismo dos últimos vinte anos, surgiria a oportunidade histórica de mostrar a si e ao País a vocação de estadista vaidoso, reconhecido e aplaudido no exterior, laureado tantas vezes com o título pomposo de doutor *honoris causa* em universidades estrangeiras. Durante os quatro anos do primeiro governo, até mesmo o ilegítimo *desideratum* da reeleição e o cálculo inevitável da vitória foram urdidos sob a justificativa psicológica de um predestinado — isto é, a personalidade política que deteria as melhores condições para tratar da inserção internacional do Brasil, supondo que finalmente o País, conduzido por ele, daria um grande passo adiante: o "Brasil que vai ven-

cer", segundo o *slogan* eleitoral. É evidente que pesou muito a "racionalidade científica" do entendido em sociologia, servindo até de argumento à autoridade política e retomando o sonho de Augusto Comte do alto da pirâmide política: quem tem o poder tem o saber, e vice-versa.

Quanto à dialética das variáveis interna e externa, já quando ministro de Itamar o futuro presidente agia convencido de que, mediante a aquisição dos parceiros externos bacanas, ele poderia fazer, internamente, qualquer tipo de aproximação à direita com as oligarquias do PFL, esnobando com arrogância a oposição, "burra" e sempre derrotada. Um pacto internacional mais alto se levantava, mui distante do que os "caipiras" locais poderiam supor em sua vã filosofia de porta de fábrica e de escola. Enfim, o Brasil mudou porque um sociólogo pela primeira vez chegou ao planalto do palácio. Por mais que a tonitruante propaganda em torno do Plano Real queira convencer o País de que ele tenha sido *made in Brazil*, não há dúvida de que esse governo, desde o início, se esforçou para conquistar a boa vontade do capital estrangeiro. Com o sedutor FHC no poder, o país tornar-se-ia objeto de confiança do Primeiro Mundo. Um presidente "mulato", mas bem-ape-soado e boa-pinta, civilizado como Clinton e Blair, exemplo eloquente do desenvolvimento desigual e combinado do charme.

A essência do narciso do príncipe da sociologia, que mistura o dandismo à Joaquim Nabuco com a epifania do

Boeing de Fernando Collor, está ancorada no desejo ou na ilusão de ser amado pelos EUA. Esse narcisismo mostrou-se até agora inabalável, como se o amor dos EUA não pudesse jamais ser recusado, tendo em vista que dentro de casa tudo ia bem, com o controle dos preços da cesta básica, do cimento, do tijolo, do frango, do eletrodoméstico. A aventura de atrelar a economia do país ao dinheiro volátil e especulativo, lavado em drogas e cassinos, foi encarada como operação tranqüila e segura. Em nenhum momento se desconfiou das águas mansas do capitalismo financeiro internacional, até que, neste ano, o "dólar-motel" começou a dar o fora, em busca de outras paragens. Aquilo que era tábua de salvação converteu-se em remédio do diabo, provocando uma mudança no discurso oficial: o mal se originaria lá fora, e a nefanda "crise mundial" seria a responsável pelas mazelas internas. A única alternativa agora seria apelar para a valsa do FMI, que, em sua cupidez predatória, não costuma dar refresco aos fracos inadimplentes que o procuram com o pires na mão. De modo que a empáfia narcísica do príncipe corre o risco de se desfazer em opróbrio e vexame, levando o país à recessão, à pobreza e à marginalidade.

Gilberto Felisberto Vasconcellos é professor de Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Fonte: FSP, nov. 1998.

# FÉ NA MUDANÇA E NA CONDIÇÃO DE MULHER

Marta Suplicy

**É fundamental que as forças sociais contrárias à exclusão se articulem cada vez mais para exigir permanentemente, das pessoas eleitas, ética, coerência, garantia de cidadania, prioridade às políticas sociais e defesa da igualdade entre os sexos. Uma opinião-reflexão sobre as eleições de outubro**

**A**s eleições de 1998 foram emblemáticas. Penso mesmo que a dinâmica que estamos vivendo, com o desenrolar de denúncias e o interesse público pelo mundo político têm a ver com o processo eleitoral. As eleições colocaram a nu a nossa democracia adolescente, incipiente ainda, e, paradoxalmente, o grande potencial de vontade de mudança política no País. A oposição cresceu e fizeram-se alianças no campo chamado de "esquerda", num movimento novo e promissor.

Tivemos amostras claras de que o coronelismo político sobrevive mas se modernizou. Em 1998 se valeu da convivência de boa parte da mídia. Os jornais e TVs fizeram suas escolhas preferenciais e mediram os espaços de comentários sobre as candidaturas a seu bel-prazer. Se colocarmos como elementos de campanha anúncios e publicidade oficial dos que concor-

ram à reeleição, a desigualdade fica aberrante. Igualdade na propaganda... onde?

Muitos eleitores se sentiram fraudados, enganados pela informação tendenciosa. No entanto, a influência do poderio econômico, da mídia, do coronelismo, da cabala de votos, da tentativa de desmoralização das oposições não surtiu o efeito esperado. Lula teve um percentual histórico de votos, e mais de um terço dos votantes, em que pesem todos os empecilhos, sinalizou que quer mudanças na política brasileira. É esse o potencial de mudança com que nos defrontamos hoje.

Fui candidata ao governo de São Paulo, o que muito me honrou. E agradeço os mais de 3,7 milhões de votos que recebi. Tenho certeza de que simbolizaram a vontade de mudança. Mas o agradecimento especial é para o PT, que me escolheu como candidata, numa atitude paradigmática de final de milênio: uma mulher, identificada com a defesa intransigente da cidadania, as lutas contra o preconceito, discriminação e exclusão social, conhecida por sua irreverência ao *status quo* e coerência em suas posições. Essa foi uma diferença pautada pelo PT e pelos partidos coligados e que foi reconhecida pela população paulista.

## **CRENÇA NAS IDEIAS E FORÇA NA MILITÂNCIA**

Fiz em São Paulo uma campanha marcada pela desigualdade: poucos recursos financeiros, espaço mínimo na grande imprensa, sem falar na concorrência com candidatos de larga tra-

jetória em cargos públicos e nomes já consolidados perante a opinião pública. Mas nos firmamos com propostas concretas, cujas diretrizes apontavam um novo modelo de desenvolvimento sustentável, pautado pela democratização do poder e garantia da cidadania. Nossa campanha foi de crença nas idéias, apoiada na força da militância e na fé de quem apostou na mudança.

Tenho a clareza de que minha não-vitória nas urnas serviu para desacreditar o voto útil no primeiro turno das eleições no Brasil e mostrar às pessoas que elas não podem continuar a ser reféns de pesquisas eleitorais. (Será que parte da população continuará, em última instância, a delegar seu direito de escolha e de opção para meia dúzia de empresários que controlam os meios de comunicação ou os marqueteiros de plantão?)

Quantas pessoas em meu estado estão lamentando ter ido no canto da sereia do voto útil... Que isso sirva como instrumento de educação para a cidadania. Voto em primeiro turno é escolha de propostas e projetos políticos claramente identificados, não é descarte.

Durante todo o período eleitoral, fui tratada como candidatura inexpressiva. Na última semana de campanha, apesar de ser a candidata com curvas ascendentes constantes, a forma de divulgação de resultados de pesquisas feitas (e a própria metodologia por elas escolhida) tentou induzir o eleitorado a não votar na candidata da Frente Pra Renovar São Paulo. Mas muitas pessoas acreditaram em nossa proposta, superaram o pes-

simismo das pesquisas e nos fizeram chegar ao recorde de votos do partido em São Paulo.

Será que o descaso e, paradoxalmente, a confiança aconteceram por eu ser uma mulher? ou por ser de oposição? ou por ser mulher de oposição? Se, por um lado, uma mulher pode representar a mudança, pesa sobre ela o preconceito, o fato de ser mulher. E se sobrepõem a ele outras reações se ela tem claras posições de defesa da mudança do *status quo*.

#### SISTEMA DE COTAS MÍNIMAS

Nós, mulheres, em 1998 tivemos retrocessos e avanços. No Legislativo, reduziu-se em 12,12% o número de deputadas, em relação às eleições de 1994. Ganhamos mais uma senadora e, nas Assembleias Legislativas, a bancada feminina aumentou em 33%. O que aconteceu?

Cinquenta e dois países estabeleceram o sistema de cotas mínimas de candidatas em partidos ou no sistema eleitoral como estratégia para superar as desigualdades gritantes em relação à participação das mulheres no poder. Introduzimos essa medida no Brasil nas eleições de 1994. Embora os partidos não tivessem preenchido as cotas, houve uma mexida importante no cenário político. Como resultado, aumentamos as vereadoras: de 7% para quase 12%. Quase todos os partidos incluíram o debate sobre as questões das mulheres e muitas delas passaram a exercer a prática político partidária.

Em 1998, a legislação eleitoral obrigava os partidos a terem, no mínimo, 25% de candidaturas de cada sexo ao

Legislativo. Mas houve uma flexibilização... Registraram-se as chapas sem que esse requisito fosse exigido e, mais uma vez, as cotas não foram preenchidas. Somente o Estado de Tocantins conseguiu uma média de 29% de mulheres candidatas, superior ao mínimo exigido.

E por que essa dificuldade? Cotas, só, não mudam mentalidades. São instrumentos importantes, mas que se articulam a outras ações afirmativas para se ter completa efetividade, tais como: integração nas discussões partidárias; estímulo à participação em disputas internas; investimento em processos de capacitação;

fornecimento de infra-estrutura de apoio para cuidados com crianças em encontros e convenções; aporte de recursos para campanhas; valorização e crença na ação política; etc.

No Brasil isso ainda é tabu. Há muita resistência. Nos países europeus, essas ações afirmativas são compromissos assumidos inclusive pelo Parlamento Europeu. Constam de compromissos internacionais, a fim de que a desigualdade seja superada. Aliás, o nosso país também assinou a Declaração de Beijing, que incorpora compromissos dessa natureza.

O fato de termos tido, no Brasil, três candidatas a governadora (uma



Everaldo Rocha

#### MULHERES NOS CARGOS MAJORITÁRIOS

Nestas eleições foi reeleita a governadora Roseanna Sarney (PFL/MA), que continua a ser a única representante feminina das 27 unidades da Federação.

Em 1998, pela primeira vez na história do País, houve uma mulher candidata à Presidência da República: Thereza Ruiz, do Partido Trabalhista Nacional, que obteve 166.139 votos.

Fonte: *CFêmea*, n. 69, outubro de 1998.

foi reeleita) contribuiu para mudar o imaginário de nossas crianças. A filha de nosso candidato a vice-governador saiu-se com esta: "Papai, quando eu crescer, já sei o que vou ser: governadora".

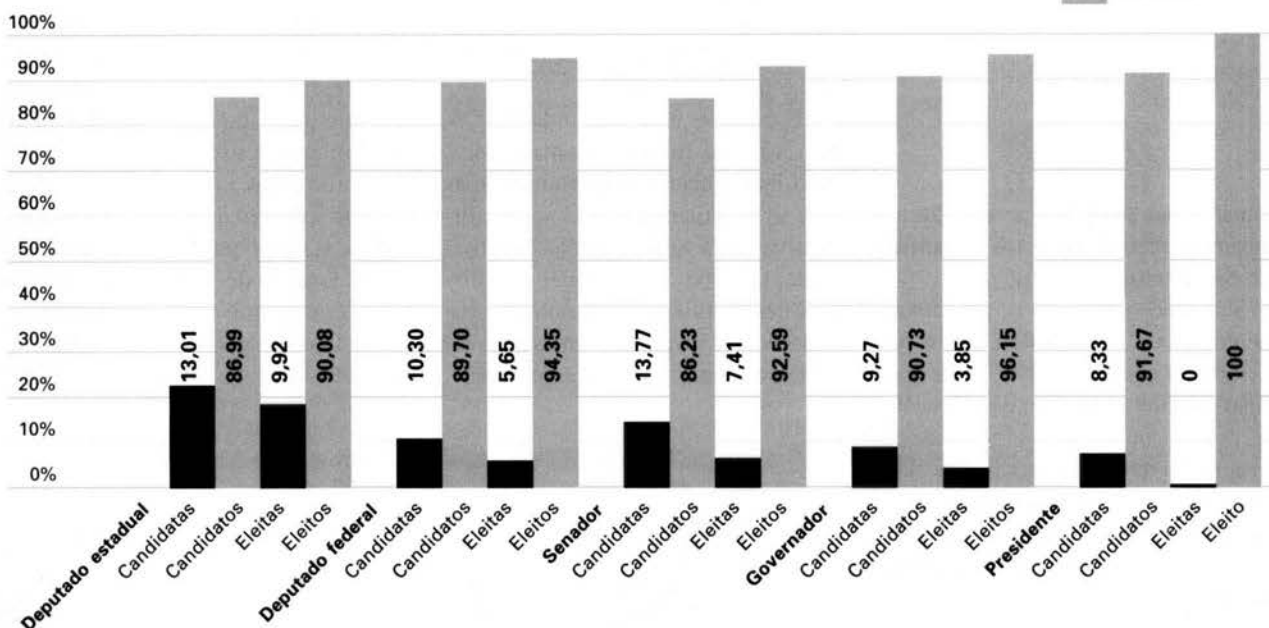
#### UM PROCESSO DE MUDANÇA

O mundo político passa a ser também o mundo das mulheres — embora, a porta de entrada esteja muito mais favorável às mulheres que têm parentesco com homens da política. Mas, principalmente nos cargos legislativos municipais ou estaduais (onde o aumento se faz sentir com maior clare-



## ELEIÇÕES DE 1998 RELAÇÃO ENTRE CANDIDATOS E ELEITOS POR SEXO

Fonte: Jornal *Fêmea*/ outubro de 1998



za e eficácia), a ação comunitária e social tem sido cada vez mais uma credencial importante para que as mulheres tenham êxito em suas candidaturas. Não se muda uma história milenar em uma década. Só pudemos votar em 1934...

Saio destas eleições renovada em meu ânimo e disposição de continuar na ação política, tendo como referenciais a ética e o compromisso com a superação das injustiças, da exclusão social, das desigualdades e dos preconceitos. Mais amadurecida, também, porque as experiências vivenciadas valeram por anos de estudo. Sinto que todas as companheiras mulheres que disputaram estas eleições devem estar sentindo esse amadurecimento e refletindo sobre a gama de dificuldades encontradas.

Faz diferença ter mulheres nas casas legislativas. Fez diferença termos mulheres comprometidas com as ques-

### APENAS DUAS MULHERES ELEITAS PARA O SENADO

Nestas eleições houve renovação de 1/3 do Senado Federal, sendo eleitos 25 homens e duas mulheres (Maria do Carmo Alves, PFL/SE e Heloísa Helena, PT/AL), o que representa 7,41% dos novos senadores eleitos.

Na próxima legislatura, o Senado terá, então, cinco senadoras, já que Benedita da Silva (PT/RJ) estará licenciada para ocupar o cargo de vice-governadora do seu estado, para o qual foi eleita. As cinco senadoras são: Marina Silva, PT/AC; Emília Fernandes, PDT/RS; Marluce Pinto, PMDB/RR; Maria do Carmo Alves, PFL e Heloísa Helena, PT/AL. Deixa o Senado Júnia Marise, PDT/MG, que não conseguiu se reeleger.

Fonte: *CFêmea*, n. 69, outubro de 1998.

tões da igualdade no Congresso nesta legislatura. Por isso é preciso que, desde já, movimentos, partidos e governos mais progressistas olhem com carinho a realidade da desigualdade no poder e busquem interferir concretamente na nossa cultura política. Só assim, no ano 2000 não teremos, mais uma vez, que vir a público lamentar que nossas bancadas femininas minguem outra vez....

É fundamental que as forças sociais que lutam contra a exclusão se articulem cada vez mais para exigir permanentemente das pessoas eleitas ética, coerência, garantia de cidadania, prioridade às políticas sociais e defesa da igualdade entre os sexos.

**Marta Suplicy** é deputada federal do PT/SP e foi candidata a governadora pela Frente Pra Renovar São Paulo.

# ELEIÇÕES E ALGUMAS LIÇÕES

Jorge Atilio Silva Iulianelli

**O papel da Renovação Carismática Católica nas últimas eleições reflete a imagem que ela vem construindo, em especial na mídia, como o grande movimento católico brasileiro neste final de milênio. Este assunto e o papel das Comunidades Eclesiais de Base, à esquerda desse processo, estão aqui desenvolvidos.**

**A**s eleições de 1998 apresentaram semelhanças e diferenças entre os pentecostaismos, entre Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Renovação Carismática Católica (RCC). Vamos à diferença: a RCC

inovou em 1998 criando um partido político, o Partido da Solidariedade Nacional (PSN), um partido nacional, com a "ideologia" do solidarismo. O PSN foi o partido que teve um recorde eleitoral: o presidente menos votado, Vasco Neto, que obteve um pouco mais de 109 mil votos (0,16%).

A IURD e a RCC tiveram candidatos em todo o Brasil, e em diversos partidos. A RCC indicou ou apoiou candidatos a deputados em 23 dos 26 estados. Entre os indicados estavam Francisco Dorneles (PPB/ RJ), para federal e Carlos Dias (PFL/ RJ), para estadual. Ambos foram eleitos. Foi eleito, também, o deputado federal Zimbaldi (PSDB/SP), que era coordenador da RCC; e reeleito, pela terceira vez, a deputado federal, Osmário Pereira (PSDB/MG). A IURD teve 17 candidatos eleitos a deputados federais, quase triplicando a atual ban-

cada que era de seis. Houve grande variedade de adesão partidária dos candidatos de ambas as agremiações religiosas. Está claro que o compromisso dos candidatos não é com os partidos, mas com as agremiações religiosas. Permanece a atividade política corporativa, como têm notado os analistas.

Podemos afirmar que a "esquerda", ou a oposição a Fernando Henrique, cresceu nessas eleições. Muito desse crescimento deveu-se, certamente, à participação das CEBs. Elas continuam sendo alimentadoras dos principais movimentos sociais. Neste momento, o Brasil, país com 75% da população urbana, tem os movimentos sociais mais expressivos no campo. O Movimento Sem Terra (MST) é o mais forte entre eles, mas estão aí o Movimento dos Atingidos por Barragens, e o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, entre outros. Neles, estão presentes os cristãos das CEBs. Porém, não apenas. Existem aí, também, cristãos pentecostais, especialmente do pentecostalismo clássico (Assembléia de Deus, por exemplo).

De fato, nos centros urbanos, a ação dos cristãos evangélicos tem sido mais aparente quanto aos novos movimentos organizados. A diluição da visibilidade das CEBs, entretanto, não significa inexistência. E as eleições tornaram mais efetiva essa ação silenciosa demonstrando um largo espectro de insatisfação da população com essa adesão ao "caminho único", simbolizado na reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Foram 32% dos eleitores, que compareceram às urnas e votaram em Lula, e 47% que disse-



**Está claro que o compromisso dos candidatos apoiados por grupos religiosos não é com os partidos, mas com esses grupos**

ram não ao império. Podemos especular que essa insatisfação tem muito da força das CEBs, entre outros fatores, que querem e realizam alternativas à exclusão que recebem *a fortiori*.

Vale lembrar que as CEBs tiveram candidatos próprios, em vários estados, fruto da ação local. Em Lins (SP), por exemplo, da Pastoral de Juventude no Meio Popular, veio a candidatura de Márcio Camacho, que foi derrotada. Em Ilhéus (BA), por outro lado, a candidatura de Oiticica foi vitoriosa. O Acre sempre teve uma aliança forte entre CEBs e PT, e um resulta-

do, certamente, é o governo do estado ser renovado com Jorge Viana (PT), e a vitória de deputados estaduais como Moura, por exemplo. Há candidatos das CEBs em outros partidos, mas o PT permanece sendo o partido que é mais apoiado por elas.

#### ALGUMAS LIÇÕES

O que podemos aprender desse processo eleitoral? Creio que podemos extrair quatro lições: (1) há uma relação de sobredeterminação entre identidades religiosas no Brasil e a formação de uma opinião pública esclarecida; (2) a religião, como variante importante para a definição do voto, pode ser um "impedimento de consciência" fraco; (3) a atitude política neoconservadora pentecostal e carismática se não é igual, é muito semelhante; (4) entre o povo das CEBs e o dos pentecostais há um descompasso de visibilidade social direta. Cada uma dessas lições é suficiente para várias teses doutorais (os especialistas sintam-se convidados). O interesse imediato é simplesmente de apresentar rapidíssimos argumentos de apoio às afirmações.

1. A participação é um bom termômetro para medir a formação da opinião pública numa determinada esfera pública considerada. No caso das

## OFENSIVA NACIONAL DA RCC

Objetivos e estratégias pelo movimento da Renovação Carismática Católica no Brasil

- Estar presente em 95% das dioceses
- Crescer pelo menos 1% ao ano além do crescimento vegetativo da população
- Aumentar em 10% ao ano o número de seminaristas
- Tornar 2% dos carismáticos assinantes de *Jesus É o Senhor* o jornal da Renovação
- Chegar a uma participação idêntica de homens e mulheres no movimento. Em 1993, apenas 20% dos integrantes eram homens. Hoje eles já são cerca de 40%
- Mobilizar, em dioceses de todo o país, mais de 1 milhão de carismáticos para um dia de oração mariana, em 12 de outubro.

Fonte: Revista *Veja*, 8/4/1998.

eleições de 1998 houve 19% de votos brancos e nulos, e 21% de abstenções, o que indica um índice alto de rejeição ao processo político que vivemos. Além disso, apenas 59,8% dos eleitores foram às urnas. Houve fenômenos novos. A postura da Igreja Romano-Católica, por exemplo, sempre foi a de apresentar critérios para que os eleitores se definissem. Foi a primeira vez que houve lista pública com indicações e rejeições — feita pelo cardeal arcebispo do Rio de Janeiro d. Eugênio Sales, e pelo arcebispo de Niterói d. Carlos Navarro.

A indicação de rejeições não tem mesmo um forte efeito. A força da normatização religiosa é fraca. Mas, não é inexistente. Faltam subsídios para uma conclusão mais apurada sobre o assunto. A IURD, por exemplo, utilizou a *Folha Universal*, que é semanal e de circulação nacional, para fazer propaganda dos seus candidatos. A RCC utilizou, sobretudo, os



Nair Benedicto



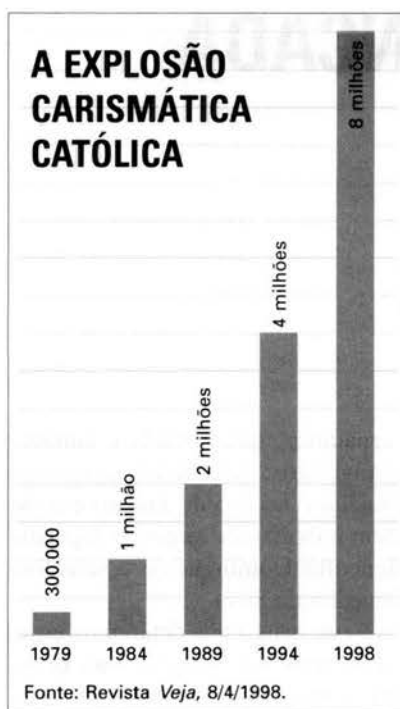
grupos de oração. Foi um processo eleitoral com uma participação muito maior da face conservadora do Cristianismo e com um impacto maior dos pentecostalismos. A IURD e a RCC, desempenharam um papel: foram divulgadores de candidatos, propostas políticas e idéias consumidoras de uma “visão de mundo”. A identidade religiosa foi formadora de uma opinião pública esclarecida.

2. A força normatizadora da religião, nas sociedades modernas, é cada vez mais privada que pública e, por isso mesmo, tem uma presença residual, diluída e enfraquecida. Porém, isso não significa que inexistia essa função normatizadora. Ela não é o reforço da sacralidade de um projeto social ou político, mas isso não é a eliminação da função que regula os comportamentos das pessoas. A força da normatização, talvez, seja mais explícita pela importância que a variante “religião” tenha para a opção de voto. É certo que essa importância não

### A diluição da visibilidade das CEBs não significa inexistência

é maior que outras, como por exemplo condição socioeconômica, cor (raça), e outras. Todavia, quando segmentos religiosos elegem candidatos diretamente ligados a eles significa que a religião tem poder de convencimento.

3. Houve semelhança, ou quase igualdade, neoconservadora das duas expressões religiosas mais dinâmicas e fortes do final do século no Brasil, a IURD e a RCC. Há convergências entre essas experiências, tais como: a fé no Espírito Santo e a experiência da glossolalia; a tríade cura, exorcismo e prosperidade; a rigidez hierárquica; a manifestação festiva da fé e a expressividade simbólica dos fiéis; as concentrações de massa e a inter-



nacionalidade. Também existem divergências: a dinâmica de grupos (pequenos permanentes vs grandes e transitórios); aceitação pública vs rejeição; tendência política de centro-esquerda vs tendência corporativista-fisiologista; valorização mariológica vs pejoração mariológica.

4. Finalmente, a visibilidade e a invisibilidade estiveram presentes nos campos que interessavam ao projeto do “caminho único”. Pouco antes das eleições houve o encerramento da Semana Social, promovido pela Igreja Romano-Católica. Como se sabe, na Semana Social participam as pastorais sociais e nelas o contingente principal advém das CEBs. Aliás, tem assento na Semana Social a equipe responsável pela realização do X Encontro Intereclesial (que será no ano 2000, em Ilhéus-BA). Qual espaço na mídia? Zero. Durante a Campanha de Lula acenou-se aos atos do “Grito dos Excluídos”, dia 7 de setembro. Em todo o Brasil houve atividades. Não existem dados objetivos, mas naqueles atos, com certeza, aglutinou-se mais de um milhão de pessoas em todo o Brasil (objetivo que a RCC

também tinha para o 12 de outubro). A maioria dessas pessoas era das CEBs. Fora a cobertura oferecida para algumas das expressões pela Rede Record (da IURD), nas outras redes isso passou despercebido, ou apresentado como atividades de protesto e eleitoreiras, já é o terceiro ano do “Grito dos Excluídos”.

### Foi um processo eleitoral com uma participação muito maior da face conservadora do Cristianismo e com um impacto maior dos pentecostalismos

Essa atividade não teve nenhuma importância para a visibilidade das CEBs. Se compararmos com o espaço oferecido pela mídia às comunidades eclesiais de base há vinte, quinze e dez anos atrás, vamos perceber o que significa “invisibilidade social”. As CEBs desapareceram de outros espaços da mídia, como por exemplo, minisséries e telenovelas. A RCC ganha uma visibilidade inusitada na mídia. Aparece como a resposta católica à IURD, como o movimento de massas católico, alternativa às CEBs (que, para essa mídia, já morreram), a religião da “velha elite” e das *sociais*, o modo de adesão ao catolicismo dos jovens, a liturgia renovada... Enfim, a Igreja Romano-Católica para os bichos tempos modernos tem a expressão de uma guerra dos meios de comunicação entre si (na busca desenfreada de audiência). Porém, a RCC forma a esfera pública esclarecida; e com as CEBs, porque invisibilidade não é inexistência!

**Jorge Atílio Iulianelli** é mestre em Filosofia e integrante da equipe de KOINONIA.

# A MAIOR BANCADA EVANGÉLICA

Alexandre Brasil Fonseca

**A participação de evangélicos nas eleições de outubro e a expressiva votação que os representantes deles obtiveram jogam por terra, de uma vez por todas, a história de que crente não se envolve em política. Mais do que isso: o número de eleitos, com destaque para a Igreja Universal do Reino de Deus, mostra um cenário político imprevisível, mas certamente com muitas novidades**

**M**ais uma vez o brasileiro foi às urnas e teclou o seu voto. Aos poucos, o Brasil se democratiza e vai convivendo com um novo ator social que ganha mais evidência em processos eleitorais. As pesquisas apontavam que nos dois principais estados o próximo governador poderia ser um evangélico e que no centro do país outro evangélico assumiria seu velho reduto. Francisco Rossi em São Paulo, Anthony Garotinho, no Rio de Janeiro, e Íris Resende, em Goiás. O resultado das urnas só foi generoso com Garotinho. Rossi ficou novamente na promessa, enquanto Íris sofreu uma impressionante derrota.

Nestas eleições presenciou-se o sepultamento definitivo do mote "crente não se envolve em política". Ao lado de Garotinho, dois vice-go-

vernadores, quase-xarás e também evangélicos, saíram vitoriosos em Brasília e no Rio de Janeiro e assumem importantes cargos: o deputado Benedito Domingues e a senadora Benedita da Silva.

Neste artigo nos deteremos especificamente nas eleições para deputados. Em 1998 os evangélicos elegeram a maior bancada da história de nossa República, alcançando no início da próxima legislatura 42 representantes. Nomes desconhecidos ainda poderão surgir, como também entre os suplentes existem evangélicos com possibilidades de ocupar uma cadeira em Brasília.

## IGREJA UNIVERSAL: O CARRO-CHEFE

Este ano a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) apoiou 28 candidatos a deputado federal e 39 candidatos a deputado estadual, e desse total 43 foram eleitos: 17 federais e 26 estaduais em 17 estados e no Distrito Federal (dois eleitos não são membros da igreja: Costa Ferreira e Lincoln Portela). A tabela abaixo apresenta os deputados eleitos com o apoio da igreja nos últimos anos.

DEPUTADOS ELEITOS COM APOIO DA IURD			
Ano	Deputados estaduais	Deputados federais	Estados
1986	1	1	Rio de Janeiro
1990	3	2	Rio de Janeiro e Bahia
1994	6	6	Rio de Janeiro, Bahia e São Paulo
1998	26	17	SP, MG, RJ, BA, RS, PR, PE, CE, SC, PA, MA, GO, PB, ES, AM, DF, MS, SE

Os candidatos dividiram-se numa ampla gama de partidos (13), preferencialmente ao Partido da Frente Liberal (PFL). Segundo o bispo Carlos Rodrigues, deputado federal eleito e coordenador político da igreja, essa preferência se dá menos por uma opção ideológica *liberal* e mais por se buscar "contaminar" o PFL que, segundo ele, possui forte influência do clero católico. Outro dado que motiva a opção por determinados partidos é o grau de liberdade que o deputado terá nas votações. Partidos que exigem fidelidade partidária, como o PT, não são escolhidos para o lançamento de candidatos.

Para evitar a dispersão do voto de seus fiéis, a Igreja Universal adota a "candidatura oficial", o que também garante um melhor controle e adequação ao quociente eleitoral. Mesmo assim, no pleito municipal de 1996 a igreja não conseguiu garantir a eleição nem de cinquenta vereadores, apesar de prometer eleger 200. O fracasso foi marcante na cidade de São Paulo, onde de três candidatos só elegeu um e com o mínimo de votos. Esse resultado levou a direção da igreja a

gêlicas, chegando a apoiar candidatos de outras denominações em Minas Gerais e no Ceará.

#### O MODUS OPERANDI DA UNIVERSAL

A atividade política da Universal se dá principalmente em dois espaços: a partir dos templos e por meio de seus veículos de informação. Na mídia impressa com o jornal "Folha Universal" — cuja tiragem em agos-

nam espaço para colocação de faixas e cartazes, além de serem locais onde os jovens realizam "pedágios" para distribuir os *santinhos* dos candidatos. Os mesmos grupos jovens que fora da época eleitoral dedicam-se à "evangelização", durante as eleições se lançam na panfletagem e na boca-de-urna. Entre os membros da igreja é comum a noção de que é mais do que necessário se elegerem candidatos da denominação; por isso, em cada templo foi organizada uma coordenação de campanha, que providenciou muros para pinturas, lugares para faixas e distribuição de "santinhos".

Outra forma de campanha utilizada pela igreja são as grandes concentrações, encontros nos quais a presença dos candidatos é sempre certa, um misto de confraternização, comício, *show*, reunião religiosa — como foi o caso da vigília de Osasco com um triste desfecho — ou atividades de assistência social capitaneada pela Associação Beneficente Cristã (ABC). O empresário Faria Jr. (PMDB), deputado estadual mais votado de São Paulo, patrocinou vários eventos da ABC garantindo assim votos fora da comunidade evangélica a partir das práticas assistencialistas em que se envolveu.

A igreja também incentiva os jovens de 16 e 17 anos para tirarem o título de eleitor, chegando ao ponto de líderes acompanharem nesse processo. Nos templos ensinou-se a votar e modelos da urna eletrônica foram instalados. A diferença das outras urnas-modelos espalhadas pelo Tribunal Eleitoral está no fato de que os números sugeridos para o *treino* foram dos candidatos apoiados pela Universal na localidade e não de personalidades da cultura brasileira.

Em relação à eleição de 1994, a Igreja Universal adotou uma postura mais imparcial para os cargos majoritários e mais atuante nas eleições proporcionais, centrando as energias para garantir a eleição de seus representantes no Legislativo. Isso foi motivado pelos problemas sofridos com

#### Partidos que exigem fidelidade partidária, como o PT, não são escolhidos para o lançamento de candidatos da Igreja Universal

realizar em 1997 um "recenseamento" dos membros, no qual constavam nas informações solicitadas os dados eleitorais.

De posse dessas informações a igreja distribuiu os candidatos por região/igreja, colocando-os em diferentes partidos, garantindo os votos necessários para a vitória. Além dessa reorganização, também contou com maior participação das igrejas evan-

to de 1998 era de 1 milhão e 140 mil exemplares semanais — e nos meios de comunicação eletrônicos por intermédio da Rede Record de Televisão e da Rede Aleluia de rádio. Nesses meios as atividades dos candidatos são colocadas em evidência. No jornal "santinhos" são impressos e na TV e no rádio os candidatos participam de "debates".

Não é principalmente no decorrer dos cultos que é feita a "pregação" para este ou aquele candidato. Esta acontece mais frequentemente no fim das reuniões quando o pastor comenta a respeito da candidatura da Igreja, incentivando os fiéis a divulgarem o candidato entre os familiares e amigos. As fachadas das igrejas se tor-



Marcelo de Oliveira



## NOVA BANCADA EVANGÉLICA NO CONGRESSO NACIONAL

Deputado	Partido/Estado	Igreja
Aldir Cabral	PFL/RJ	Universal do Reino de Deus
Almeida de Jesus	PMDB/CE	Universal do Reino de Deus
Arolde de Oliveira	PFL/RJ	Batista
Bispo Rodrigues	PFL/RJ	Universal do Reino de Deus
Bispo Wanderval de Jesus	PTB/SP	Universal do Reino de Deus
Cabo Júlio	PL/MG	Comunidade Evangélica
Costa Ferreira	PFL/MA	Assembléia de Deus
De Velasco	PRONA/SP	Universal do Reino de Deus
Éber Silva	PDT/RJ	Batista
Edinho Araújo	PMDB/SP	Presbiteriana
Eraldo Tinoco	PFL/BA	Batista
Euler Moraes	PMDB/GO	Batista
Francisco Silva	PPB/RJ	Denominação desconhecida
Gilmar Machado	PT/MG	Batista
Herculano Anguinetti	PSDB/MG	Batista Renovada
Hugo Biehl	PPR/SC	Luterana
Jorge Wilson	PMDB/RJ	Universal do Reino de Deus
Josué Bengtson	PTB/PA	Quadrangular
Julio Redecker	PPB/RS	Luterana
Lamartine Possela	PPB/SP	Batista Renovada
Lígia Quinan	PMDB/GO	Presbiteriana
Luiz Moreira	PFL/BA	Universal do Reino de Deus
Magno Malta	PTB/ES	Universal do Reino de Deus
Marcos de Jesus	PTB/PE	Universal do Reino de Deus
Mário de Oliveira	PPB/MG	Quadrangular
Mattos Nascimento	PSDB/RJ	Assembléia de Deus
Miriam Reid	PDT/RJ	Batista
Neuton Lima	PDT/SP	Evangélica
Pastor Amarildo	PPB/TO	Assembléia de Deus
Paulo César Baltazar	PSB/RJ	Metodista
Paulo Gouveia	PTB/RS	Universal do Reino de Deus
Philemon Rodrigues	PTB/MG	Assembléia de Deus
Pr. Lincoln Portela	PST/MG	Batista Renovada
Pr. Oliveira	PPB/PR	Universal do Reino de Deus
Raimundo dos Santos	PPR/PA	Assembléia de Deus
Salatiel Carvalho	PPB/PE	Assembléia de Deus
Silas Brasileiro	PMDB/MG	Presbiteriana
Valdeci de Jesus	PSDB/RJ	Universal do Reino de Deus
Vicente Caropreso	PSDB/SC	Luterana
Wagner Salustiano	PPB/SP	Universal do Reino de Deus
Wander Werner	PFL/PR	Luterana

Senadores	Partido/Estado	Igreja
Benedita da Silva (licenciada)	PT/RJ	Presbiteriana
Íris Resende	PMDB/GO	Cristã Evangélica

Uma novidade na participação evangélica foi a eleição de deputados em partidos de oposição. Na atual legislação todos os deputados evangélicos são de partidos que apóiam o governo. Para 1999 está garantida a presença de seis parlamentares

a Receita Federal, com a opinião pública e por receber menos apoio do que esperava daqueles que apoiou no passado.

Nestas eleições também houve grande presença de pastores e bispos entre os candidatos da igreja. Até então, dos seis deputados apenas dois eram pastores, consagrados após a eleição. Para o bispo Rodrigues, chegou o momento de a Universal "enviar os pais e não mais os filhos" para atuar na política partidária: dos 43 candidatos eleitos apenas 10 são leigos.

### NOVIDADES À ESQUERDA

Após a eleição de 33 deputados apoiados por igrejas evangélicas para a Constituinte de 1986, os evangélicos tomaram "gosto" pela vida parlamentar. Houve um *boom* de candidaturas, o que foi um dos motivos para a diminuição de evangélicos entre os deputados federais na legislatura iniciada em 1991 (23) e na de 1995 (26), devido à maior dispersão dos votos. Em 1998 foram eleitos pelo menos 41 deputados evangélicos, principalmente graças ao crescimento da bancada da Universal (de 6 para 17).

O número de evangélicos na Câmara foi maior porque muitos dos atuais deputados não conseguiram se reeleger devido ao quociente eleitoral. Nesse grupo encontra-se, por exemplo, Valdenor Guedes (PPB/AP), que juntamente com outros sete candidatos (quatro da Igreja Universal), ocupa a primeira suplência. Assim, os

resultados das eleições municipais de 2000 poderão dar um tom ainda mais evangélico ao Congresso Nacional.

Outros amargaram uma profunda derrota. É o caso do deputado João Iensen (PTB/PR), filho do ex-deputado Matheus Iensen, um dos líderes do Centrão durante a Constituinte e que devido a problemas de saúde “passou para o filho” a representação na Câmara. João foi deputado por duas legislaturas, mas nestas eleições obteve um fraco rendimento. Carlos

landa (PFL/PE) tentaram uma vaga na Câmara e ambos ficaram com a primeira suplência. A votação de Holanda foi superior a muitos dos eleitos em Pernambuco, mas foi prejudicado pelo quociente de seu partido. Benedita foi eleita vice-governadora e deve licenciar-se e Íris Resende, após a derrota em Goiás, é o único que continua.

Uma novidade na participação evangélica foi a eleição de deputados em partidos de oposição. Na atual le-

Ciro Gomes e foi líder das greves dos policiais em 1997; três representantes do PDT: Éber Silva (RJ), Mirian Reid (RJ) e Neuton Lima (SP) e um do PSB, Paulo Baltazar (RJ).

### O QUE ESPERAR?

Nestas eleições os evangélicos alcançaram um resultado bastante significativo, especialmente a Igreja Universal com sua nova estratégia de pesado investimento nas eleições proporcionais. Outro grupo religioso que ampliou sua força política foi a Renovação Carismática Católica. Um dos candidatos para deputado federal mais votados do estado de São Paulo é ligado à Renovação (Salvador Zimbaldi/PSDB), enquanto Osmânio Pereira (PSDB/MG) retorna à Câmara. Os carismáticos também elegeram Renato Rainha (PL/DF), campeão de votos para deputado distrital, e lançaram vários nomes a deputado estadual e federal.

A eleição de dezessete representantes para a Câmara Federal e a liderança que o eleito bispo Rodrigues (PFL/RJ) deverá ter sobre grande parte da bancada evangélica de 41 deputados representam definitivamente o protagonismo da igreja na questão político-partidária eleitoral e nas negociações com o Executivo. A Igreja Universal consolida-se como força política da sociedade brasileira, com extensa e influente rede de televisão e de rádio e que se torna um “partido” com capital de votos semelhante a partidos médios como o PTB ou o PDT, alcançando nessas eleições 1,4 milhão de votos para os 28 candidatos a deputado federal. As consequências dessa nova realidade certamente movimentarão bastante o cenário político nacional na próxima legislatura e ainda precisam ser devidamente analisadas e dimensionadas.

**Alexandre Brasil Fonseca** é mestre em Sociologia e doutorando em Sociologia pela USP.



Marcelo de Oliveira

**A Igreja Universal consolida-se como força política da sociedade brasileira, com extensa e influente rede de televisão e de rádio e que se torna um “partido” com capital de votos semelhante a partidos médios**

Apolinário, o relator da lei eleitoral, é outro exemplo de derrota: mesmo com uma boa votação acabou ficando com a segunda suplência do PMDB de São Paulo devido ao baixo número de votos do partido.

No Senado Federal o número de evangélicos minguou bastante. Dos quatro senadores evangélicos em exercício, dois estavam em fim de mandato e não tentaram a reeleição. Levy Dias (PPB/MS) e Joel de Hol-

gilação todos os deputados evangélicos são de partidos que apóiam o governo. Para 1999 teremos a presença de Gilmar Machado (do PT/MG), deputado estadual e um dos líderes do Movimento Evangélico Progressista (MEP) — grupo que incentiva a participação de evangélicos em partidos de “esquerda” e em organizações sindicais.

O MEP iniciou suas atividades em 1991 e agora colhe os frutos, na provável presença de dois deputados federais que militam no grupo. Além de Gilmar, Joaquim Brito (PT) deverá assumir — sindicalista em Alagoas e presidente do MEP de 1995 a 1996. Brito ocupa a primeira suplência na coligação que elegeu o governador Ronaldo Lessa e em breve deverá assumir uma vaga de deputado na Câmara. Outros nomes em partidos de oposição são: o campeão de votos em Minas e pastor evangélico Cabo Júlio (PL), que apoiou a candidatura de

# A HISTÓRIA NÃO ACABOU

**Os órgãos da grande imprensa, de um modo geral, vêm como inimigo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mas, na medida em que divulgam seus atos, com a intenção de indispor-lo com a opinião pública, acabam obtendo efeito contrário e contribuindo para a popularização do Movimento. Essa é a avaliação feita por João Pedro Stédile, gaúcho de 43 anos, dirigente do MST, formado em Economia pela PUC do Rio Grande do Sul e com pós-graduação em economia agrária na Universidade do México**

**C**omo avalia a cobertura que o MST encontra na grande imprensa?

Fazemos essa avaliação em três níveis. Primeiro, a linha editorial dos proprietários de jornais e de televisão é ridiculamente dirigida pelo Palácio do Planalto. É vergonhosa a semelhança. Às vezes, aparece a mesma linha editorial no *Jornal do Brasil*, no *Estadão*, na própria *Folha de S. Paulo*, e no *Globo*, demonstrando claramente a articulação deles com a vontade do Palácio do Planalto. Segundo, nós percebemos que há repórteres que fazem boas matérias e no entanto o editor coloca uma manchete ruim, que desfoca ou distorce o pró-

prio conteúdo da matéria. Terceiro, alguns repórteres, claramente identificados com os proprietários da imprensa, fazem matérias preconceituosas. Eles já vêm com a matéria montada e procuram dados para justificar a tese que defendem. Entre essas eu incluíria a matéria de capa de *Veja* de 3 de junho, "A esquerda com raiva". É impressionante o preconceito que eles demonstram no assunto. Outro exemplo é a forma vergonhosa como alguns repórteres do *Estadão* tratam a realidade do meio rural.

*O que você achou de aparecer demonizado na capa de *Veja*?*

Eu me senti agredido. Os meus amigos e as pessoas que conhecem o



Lizimar Dahlke/Imprensa

MST e a mim pessoalmente tiveram a mesma reação. Mas no fundo acho que o tiro saiu pela culatra, porque a *Veja* foi tão ofensiva, tanto na manipulação da imagem da capa quanto no conteúdo da matéria que as pessoas acabaram se solidarizando conosco.

Recebemos mais de cem correios eletrônicos em relação à reportagem e dessas mensagens apenas quatro eram contra o MST.

*Você não foi entrevistado na matéria de capa de *Veja* sobre o MST?*

A minha opinião é que aquela matéria estava preparada para justificar minha prisão perante a classe média: está vendo como são comunistas, como são diabólicos? Como a prisão não aconteceu, eles tiveram que esperar um pouquinho e depois requestrar a matéria. O rapaz da revista esteve aqui comigo, um tal Eduardo, e ficou duas horas e meia me entrevistando, com a promessa, inclusive, de que ia sair na forma de pergunta-resposta. Ele ficava abrindo detalhes que não me interessavam, como por exemplo: não sei se vou colocar a sua entrevista no rodapé da matéria ou se vamos abrir duas páginas para a entrevista. Fez perguntas até interessantes: "Qual é nossa proposta de reforma agrária? Por que nós estamos discutindo um projeto para o Brasil?" Enfim, as perguntas eram inteligentes, mas não saiu absolutamente nada do que nós conversamos. Isso me leva a crer que a matéria já estava pronta.

*Por que imagina que os proprietários dos veículos de comunicação da grande imprensa têm tal afinidade com o Planalto, todos pensando da mesma maneira em relação ao MST?*

A nossa avaliação é a de que o governo Fernando Henrique Cardoso representa o consenso das elites. De certa forma, ele repete na história do Brasil o papel que Getúlio Vargas



representou em 1930. Ele construiu esse consenso não pelos seus belos olhos, não porque fala quatro idiomas, não porque já foi de esquerda, mas porque representa, neste momento da história do Brasil, a implantação de um novo modelo econômico para tirar o País da crise. As elites brasileiras, em 1994, se aglutinaram em torno do novo modelo econômico, coisa que não tinham feito em 1989, e por isso disputaram a eleição com oito candidatos diferentes dentro do mesmo projeto das elites. Fernando Henrique representa o consenso das elites em torno desse novo modelo, que em termos genéricos representa a subordinação da economia brasileira aos interesses do capital internacional, com o agravante que agora o capital internacional é dominado pelo capital financeiro, pelos grandes bancos.

*Mas por que os donos de veículos de comunicação fariam isso?*

Por interesse de classe. Aderem ao novo modelo econômico e o defendem com unhas e dentes. Aliás, o que ouvimos de companheiros que trabalham na grande imprensa ou que são estudiosos da imprensa é que em nenhum outro período da história do Brasil houve uma união tão grande dos grandes jornais e da televisão em torno do governo. Mesmo na época da ditadura Getúlio Vargas havia jornais de oposição, assim como na época da ditadura militar. Hoje, temos uns poucos colonistas que fazem oposição ao governo. Talvez a Tribuna da Imprensa, do Rio de Janeiro, pudesse se classificar como de oposição ao governo, mas em geral a grande imprensa aderiu. Evidentemente, qualquer movimento social que faça oposição de massas a esse governo é transformado em inimigo. Foi o que aconteceu com o MST.

*Estão também contra a reforma agrária?*

A reforma agrária não cabe mais no modelo econômico que estão implantando, por isso nos transformaram em inimigo público número um. Qual

é o maior objetivo da reforma agrária? É multiplicar o número de pequenos agricultores, é organizar a agricultura para o mercado interno. No entanto, a agricultura, no geral, está sendo marginalizada. Os produtores agrícolas estão sendo prejudicados, a não ser os exportadores de café e de laranja, que estão sendo beneficiados pela Lei Kandir.

*Na medida em que a grande imprensa dá cobertura às ações do MST, acaba fazendo divulgação do movimento. Há editoriais de órgãos da imprensa criticando esse tipo de divulgação. Como você vê isso?*

Tudo na vida é contraditório. Se as coisas na vida acontecessem somente de acordo com o que as elites



planejam, nós ainda estaríamos na escravidão. Para cada ação da elite e da grande imprensa existe uma contradição, que é o que faz o progresso. O grande dilema deles é que, ao tentar a cada instante nos satanizar por meio da imprensa, a simples divulgação do nosso trabalho acaba trazendo frutos positivos para nós. Assim foi com a novela Rei do Gado. A intenção era mostrar que era justo fazer um movimento pacífico pela reforma agrária, à margem do MST. O próprio diretor da novela nos disse que estava praticamente proibido de colocar a bandeira vermelha do MST, então satanizou a bandeira da CUT,

**Fernando Henrique Cardoso representa o consenso das elites porque representa, neste momento da história do Brasil, a implantação de um novo modelo econômico para tirar o País da crise**

quando o militante jogou fora e tal. Para as massas despolitizadas, o efeito foi contrário, pois o fato de o MST virar tema de televisão nos deu mais popularidade e nos fez penetrar numa ampla camada da população a que nós não tínhamos como chegar a não ser pela novela. O resultado para nós foi positivo, apesar das manipulações.

*O MST andou chamando a imprensa para cobrir saques que organizou no Nordeste. Por quê?*

A nossa intenção era chamar a atenção da opinião pública sulista para o fato de que no Nordeste havia nove milhões de pessoas passando fome, e que o governo tinha que fazer alguma coisa de emergência, caso contrário não só os saques iriam proliferar como milhares de pessoas corriam risco de vida. Depois os grandes jornais deslocaram um batalhão de jornalistas para lá a fim de tentar satanizar o MST. Nós tínhamos acampamentos na beira da estrada e chegou a haver quinze jornalistas dormindo nos acampamentos, esperando os saques. Então, mesmo que não quiséssemos divulgar, não haveria como evitar. Acho que havia uma intenção da grande imprensa de divulgar os saques como forma de nos desmoralizar. No entanto, quando o Palácio do Planalto encomendou pesquisas de opinião pública, verificou-se que 67% das pessoas acharam que a divulgação dos saques afetou a imagem do Fernando Henrique e não do Lula ou do MST, de maneira que o tiro saiu pela culatra. Talvez seja essa a razão por que os saques no Nordeste continuam, mas não saem mais na imprensa.



J.R. Ripper

*Esses métodos acabam associando o MST a uma entidade que despreza a ordem legal. Isso não prejudica?*

Prejudica, em parte, mas a população pobre — cá entre nós, se me permitem a expressão — está cagando e andando para a ordem. Os nossos métodos de ação, por mais que sejam negativos aos olhos da classe média, são eficazes. Se não tivéssemos feito ocupações de terras nestes quinze anos, a reforma agrária, segundo o senador Espiridião Amim, já teria saído das páginas de jornais e da própria Constituição. Se o MST não tivesse feito ocupação de bancos, a linha de crédito especial no Proterra não existiria e os nossos assentamentos não teriam recursos suficientes para organizar a produção. Se as nossas professorinhas não tivessem, de vez em quando, a necessidade de ocupar prefeituras no interior, não teríamos as escolas primárias nos assentamentos. Hoje em todos os assentamentos existem escolas, pois elas são parte de nossa conquista. Você percorre milhares de povoados rurais por este Brasil afora que não têm escola e ninguém fala nada. Só existe repercussão quando o Movimento ocupa uma prefeitura para exigir que o prefeito

instale a escola primária, conforme a Constituição. Aí eles se mexem, mas na imprensa sai que o Movimento, com foice na mão, ocupou uma prefeitura. Por isso digo: estamos dispostos a pagar esse preço de ter uma imagem, de certa forma, distorcida.

*O MST ganhou um prêmio Unicef-Itaú por um projeto na área de educação...*

Sim, mas infelizmente a imprensa dá pouca cobertura a essa nossa face-ta na educação e, quando dá, procura ideologizar, diz que estamos introduzindo o marxismo nas escolas ou coisa parecida.

*Fernando Henrique sustenta que nenhum governo assentou tanto quanto o dele.*

É verdade que ele assentou mais do que todos os outros governos juntos, mas isso aconteceu porque houve uma pressão social maior. Até hoje, o governo Fernando Henrique não desapropriou uma fazenda por iniciativa própria: todas as áreas desapropriadas resultaram da atuação dos movimentos sociais — do MST ou dos sindicatos — que ocuparam essas áreas e fizeram pressão. Acabam

Em nenhum outro período da história do Brasil houve uma união tão grande dos grandes jornais e da televisão em torno do governo. Qualquer movimento social que faça oposição de massas a esse governo é transformado em inimigo

de ser publicados os dados do IBGE referentes a 1996, mostrando que, em dois anos do governo Fernando Henrique, a concentração da propriedade da terra continuou aumentando. Mas o próprio FHC reconhece — nisso ele é honesto — que a política de assentamento dele não é uma política de reforma agrária. Diz que a política de assentamento dele é uma política social, ou seja, destinada a acomodar as pessoas que estão em situação de pobreza e que lutam por terra.

*De onde vêm as receitas financeiras do MST?*

Vêm de muitas partes. O segredo das finanças do MST — um segredo que nós contamos para todo o mundo

A reforma agrária não cabe mais no modelo econômico que estão implantando, por isso nos transformaram em inimigo público número um



Lizimar Dahlke/Imprensa

— é que tudo é descentralizado. Numa análise geral das finanças, o que costumamos apresentar como estimativa é que 85% dos nossos gastos vêm da contribuição de nossa própria base, pois eles são pobres mas trabalham. E quem já conquistou a terra contribui com 2% da produção para os outros. O governo fica puto da vida com isso, mas é aí que está o segredo do movimento social, pois seria o cúmulo do oportunismo eu pertencer ao Movimento só até resolver o meu problema. Os outros 15% de nossa receita vêm da solidariedade internacional. Recebemos ajuda de entidades das Igrejas Católica e Luterana para projetos pontuais, em que o dinheiro vem casado para determinada atividade. Recebemos uma ajuda da Comunidade Econômica para pagar advogados. Temos muitas receitas que vêm do próprio governo, para sustentar atividades que o Movimento desenvolve.

*Segundo a imprensa, você recebe 980 reais por mês do MST. Outros*

*dirigentes do Movimento recebem salário?*

Recebem. Eu sou o maior salário do Movimento.

*É o marajá?*

Sou o marajá do Movimento, porque moro aqui em São Paulo, e a maioria dos nossos dirigentes moram em nossos assentamentos ou em áreas próximas aos assentamentos ou ainda em cidades do interior, e o custo de vida também é menor. Tanto é que não falamos em salário, falamos em ajuda de custo, até mesmo porque não temos carteira assinada nem nada. A maioria dos nossos dirigentes tem uma ajuda de custo em torno de 200 reais mensais.

*A imprensa mostra como militantes do MST garçons, cozinheiros, manicures, pessoas que não têm ligação com o trabalho agrícola. Esse pessoal realmente se adapta à terra?*

Primeiro, existem exemplos desse tipo, mas são casos isolados. Nunca fizemos um levantamento estatístico, mas se percebe nos acampamentos. A presença de profissionais urbanos acontece mais aqui em São Paulo e no Rio, porque também estão mais próximos da cidade. Eu diria que mesmo em SP e RJ esse número não chega a 10%, a grande massa de acampados são pessoas que exercem atividades agrícolas. O Movimento não se dedica a organizar os desempregados urbanos, isso é para o sindicato, para a CUT, que inclusive, tem dificuldade em organizá-los, mas essa não é a nossa base social. Quando a imprensa realça esses casos, faz isso por preconceito. Primeiro, vamos supor que o MST organizasse mesmo os desempregados urbanos e os levasse para a agricultura: já não seria uma grande solução? Segundo: por que a imprensa fica preocupada em saber se o pobre tem tradição agrícola e não pergunta a mesma coisa para o grande proprietário de terra? Alguém da imprensa já perguntou por que o senhor Andrade Vieira, banqueiro, ex-

proprietário do terceiro maior banco do país, tem o direito de ser dono de 250 mil hectares? Algum repórter já perguntou se ele sabe trabalhar com a enxada ou dirigir trator? Quando o Fernando Henrique, ainda senador, comprou uma fazenda de 1.200 hectares em Buritis, alguém perguntou se o sociólogo tinha vocação para agricultura? Agora se o pobre acampa e resolve trabalhar com agricultura já vem o cara do *Estadão* perguntar se ele tem tradição agrícola.

*Hoje, o MST é considerado a maior força de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso, até por causa da fragilidade dos partidos de oposição. De onde vem essa força?*

Primeiro, nós recusamos esse rótulo de a maior força. Na verdade, há uma maioria de oposição ao governo no país que é representada pelo povo pobre desorganizado. Reconhecemos que somos uma certa referência para os pobres, eles gostam do MST. Somos uma espécie de exemplo de luta, de combatividade, ou seja, não nos deixamos cooptar pelas cantilenas do governo nem pelas cantilenas de que a história acabou. A nossa referência de exemplo foi sendo construída ao longo da história do MST por vários fatores. Primeiro, a população reconhece que a nossa causa é justa, pois não existe ninguém a favor do latifúndio, não existe poesia sobre latifúndio, não existe um filme exaltando o latifúndio. Todas as manifestações da sociedade são a favor da justiça social, da divisão da terra. Nós estamos numa causa justa, que por isso atrai adesões. O segundo segredo da nossa organização é que nós procuramos implementar princípios de organização, valores humanistas e socialistas como a solidariedade, o companheirismo, a democratização da educação e a disciplina.

Fonte: Revista *Imprensa*, Agosto de 1998.



# QUAL TOLERÂNCIA?

A PROPÓSITO DOS QUATROCENTOS ANOS DO EDITO DE NANTES

Emerson Giumbelli

**Passeando pela relação entre tolerância e pluralismo e tolerância e religiões, este artigo aborda o tema tendo como pano de fundo o quarto centenário do Edito de Nantes. A proposta é incluir outros aspectos mais profundos do que sugerem as celebrações em torno da singularidade histórica do evento**

Neste 1998 celebra-se o quarto centenário do Edito de Nantes, documento que estabeleceu as condições da convivência de protestantes e católicos na França: encerrando um período de trinta e seis anos em que se sucederam conflitos entre as duas religiões. O marco reveste-se de vários significados, proclamados em inúmeros eventos, publicações e debates que vêm ocorrendo este ano na França; valor histórico para os estudiosos que discutem as condições e implicações do edito outorgado por Henrique IV; valor político para católicos e protestantes que se perguntam se a solução de 1598 não valeria para vários conflitos atuais envolvendo divisões religiosas; e valor nacional para muitos franceses que enxergam nesse edito do Antigo Regime um antecedente precioso para os direitos fundamentais estabelecidos com a Revolução de 1789.

Contudo, se existe no evento um significado mais geral, que interessa

a todos, ele evoca sempre o tema da *tolerância*. E é dessa maneira que as celebrações do Edito de Nantes se integram a um campo de preocupações bem mais largo do que indicaria sua singularidade histórica.

Com efeito, o tema da tolerância exhibe hoje — e não só na França — uma capacidade quase ilimitada para abranger realidades e conceitos bastante variados, localizados em contextos que vão desde a dimensão pessoal até as relações internacionais, mas todos evocando os dilemas e inquietações da *convivência das diferenças*.

Daí que por ele passem as discussões sobre multiculturalismo, o lugar de grupos minoritários em uma sociedade pluralista, a questão dos “fundamentalismos”, etc. Neste quadro, tolerância, mais do que um conceito, representa para muitos também uma bandeira de luta.

No entanto, nada mais ilusório do que pensar que exista um consenso sobre seu significado. Mesmo entre os que estão “do mesmo lado” da luta, o anúncio da tolerância não exclui dissensos e vem acompanhado de pontos de interrogação. Eis aí talvez



a verdadeira oportunidade das celebrações em torno do Editto de Nantes, ao estender o fio que liga os dois extremos da sua história: provocar uma reflexão sobre a tolerância, como conceito e como princípio.

### EDITTO DE NANTES E TOLERÂNCIA

Um indicador seguro da necessidade desta reflexão revelou-se nos debates que acompanharam as comemorações do Editto de Nantes, quando muitos insistiram em lembrar, contra avaliações apressadas e meramente laudatórias, o significado do documento em seu contexto de origem. Ao estabelecer as condições de convivência pacífica entre protestantes e católicos na França, o Editto não os considerou em pé de igualdade. O fato de o protestantismo ser designado no documento sob a expressão “religião pretensamente reformada” é apenas o mais óbvio indicador da sua subordinação.

Enquanto os protestantes tiveram sua liberdade de consciência totalmente respeitada, vários direitos civis reconhecidos e mesmo algumas condições especiais concedidas, vários impedimentos pesaram sobre seus cultos, só realizáveis em certos lugares e em certas situações, contrastando com o restabelecimento do catolicismo em todo o reino e seu monopólio público em várias cidades (incluindo naquela onde o Editto foi assinado e ironicamente centro das comemorações de 1998). Além disso, o documento exprime o desejo e a esperança de uma conversão geral ao catolicismo, regando, portanto, uma situação destinada a ser provisória e exigida pela necessidade de pôr fim aos conflitos civis. Suportar os protestantes diante de um mal ainda maior.

Uma segunda dimensão revela-se na intervenção do monarca: o Editto de Nantes foi um indicador e um instrumento do absolutismo real. Por meio dele, o rei concede anistia aos envolvidos nos conflitos recentes e prescreve aos pregadores religiosos a missão de “instruírem” e “edificarem” os fiéis, lembrando-lhes sempre que todos são

súditos do mesmo poder. O tema da “paz civil” marca então a operação de uma lógica de “razão de Estado”, compromissada e no entanto autônoma em relação à religião. Assim, o Editto de Nantes expressa uma perspectiva consensualista de religião, em que a tolerância (termo, aliás, que não figura no texto do documento) não supõe a primazia das diferenças. Daí que, conforme interpretações mais duras, contenha nele mesmo o germe da sua própria revogação, ocorrida de fato em 1685, estabelecendo novamente o monopólio católico.

### TOLERÂNCIA E PLURALISMO

Questão, portanto, de primeira ordem: a tolerância pode ter outro significado que não o de suportar um mal que não se consegue eliminar? Para os que consideram a tolerância um ideal válido para a atualidade, impõe-se justamente o trabalho de livrá-lo de suas conotações absolutistas e consensualistas, reorientando a relação com a diferença nos termos de reconhecimento, aceitação, respeito. A própria trajetória da civilização ocidental, e das suas religiões cristãs, não demonstraria isso?

Primeiro, a ortodoxia convencida de sua força destruidora do erro; depois, uma ortodoxia transigente diante do erro que resiste a todo combate; em seguida, uma ortodoxia aberta à compreensão do erro; um passo adiante, e admite-se até o direito ao erro; e, finalmente, operação decisiva, o questionamento da idéia mesma de verdade, que funda a ortodoxia. Em outras palavras, é quando se reconhece a precariedade da verdade e a possibilidade de todos estarmos em erro que a lógica do reconhecimento substitui a mera convivência com a diferença. Teríamos então de nos render a essa espécie de ceticismo e concordar com Sade quando afirmou que a tolerância é a virtude dos fracos?

De outro lado, e às vezes como alternativa a essa solução cética, há os que, se colocando do lado da tolerân-

cia, só vêem sentido e eficácia nela quando nos preocupamos também com a intolerância. Recupera-se, nesse caso, o princípio (que encontramos, por exemplo, em Voltaire) de que a tolerância não se aplica aos intolerantes, cujas versões atuais compreenderiam todas as formas de totalitarismo, fundamentalismo, fanatismo, preconceito. Com elas, deveríamos ser intoleráveis, visando impedir que concorram em pé de igualdade com outras visões de mundo.

Existe, contudo, um problema importante nessa perspectiva: com que critérios definir o intolerante? Recorrendo a verdades morais substantivas, aparentemente universais mas na prática sujeitas às flutuações de ideologias e épocas? Não parece a solução ideal, especialmente quando lembramos que ela começa exatamente por uma defesa do pluralismo. Levar essa defesa às últimas consequências, enfrentando toda a complexidade de situações colocada pela permanência de visões de mundo e modos de vida “tradicionais” e pela proliferação de invenções “modernas”, é talvez o único modo de escapar ao paradoxo de uma tolerância intolerante.

A partir desse quadro, podemos reformular nossos dilemas: como valorizar o pluralismo sem cair em um ceticismo e como lutar contra a intolerância sem partir de dogmas ideológicos? Ou: como sustentar verdades sem recorrer a fundamentos inegociáveis? Ou ainda: como se interessar pela alteridade sem estar motivado apenas pelas próprias falhas? Enfim, a convivência das diferenças sofre tanto com definições dogmáticas quanto com um ceticismo generalizado: em ambos os casos, anulam-se as possibilidades de diálogo. Este, com efeito, supõe soluções que respondam pragmaticamente aos problemas mas que não obscureçam ou banalizem os marcos de que partem. Uma tolerância entre “verdades errantes”, se quisermos manter os termos com que começamos. Apostar num diálogo que considere e ao mesmo tempo remo-

**Não é raro que o anúncio de esforços ecumênicos e inter-religiosos tenha como efeito principal a reafirmação de identidades bem estabelecidas ou que a união de certos grupos produza a exclusão de outros**

dele as diferenças é contribuir para a consolidação de uma lógica social que torna menos viáveis (sem proibi-los) os modos estéreis e violentos de pluralismo.

#### RELIGIÕES E TOLERÂNCIA

O princípio das “verdades errantes” não encontraria um espaço privilegiado de aplicação e de elaboração no ecumenismo e no diálogo inter-religioso? Pois não parece muito prudente confiar o sucesso das iniciativas ecumênicas e inter-religiosas simplesmente às intenções ou ao número de interlocutores envolvidos. Afinal, pode-se ser tolerante com outras religiões por condescendência, por estratégia ou por necessidade. E não é raro que o anúncio de esforços ecumênicos e inter-religiosos tenha como efeito principal a reafirmação de identidades bem estabelecidas ou que a união de certos grupos produza a exclusão de outros. Além disso, na medida em que favorece uma certa lógica social, o princípio das “verdades errantes” situa as religiões como atores relevantes e legítimos da cena pública, ao mesmo tempo em que lhes solicita que não se considerem como portadores únicos ou privilegiados de soluções. Por isso, obriga a uma reconfiguração das relações entre modernidade e religião.

Por um lado, a consolidação da modernidade envolveu, em muitos aspectos, uma exclusão das religiões

do espaço público; à medida que se afirmava uma “razão de Estado”, as identidades de fiel e de súdito, depois cidadão, foram se distanciando. De um lado, a cidadania foi definida como uma condição equalizadora (pois universal), fundada sobre um debate entre argumentos racionais e gerais; de outro, a religião foi identificada com uma posição arbitrária e particularista, que contribuía “naturalmente” para o fanatismo e, portanto, para a intolerância, daí a necessidade de limitar o seu raio de ação. Entre-

### LIBERDADE, MAS NEM TANTO

O Editto de Nantes compõe-se de quatro textos distintos, elaborados sob os auspícios do rei Henrique IV (1553-1610), que os assinou nos meses de abril e maio de 1598, e registrados por diversas cortes francesas nos anos seguintes. Seguiu-se a uma série de outros editos com o mesmo fim e deles se distinguiu pela sua efetividade e longevidade. Com ele, os protestantes (5% ou 6% da população da época) ganharam direito de existência na França: sua confissão não lhes privava de nenhuma prerrogativa em assuntos fiscais e do acesso a educação, saúde e assistência pública; poderiam manter cemitérios e se eximir da participação em ritos católicos; ganharam tribunais especiais e tiveram garantido o sustento oficial quando ocupavam pontos estratégicos do território.

Mas o mesmo documento especificou limites e condições de exercício da religião: manteve-se a obrigação do dízimo para a Igreja Católica e os cultos só eram livres e públicos nas cidades onde o protestantismo já dominava anteriormente, podendo ser privados em certas situações (casas de nobres) e sendo proibidos na corte, nos exércitos, em Paris e em todas as regiões em que o catolicismo tinha o monopólio reconhecido pelo rei.

Fonte: Arquivo do autor.

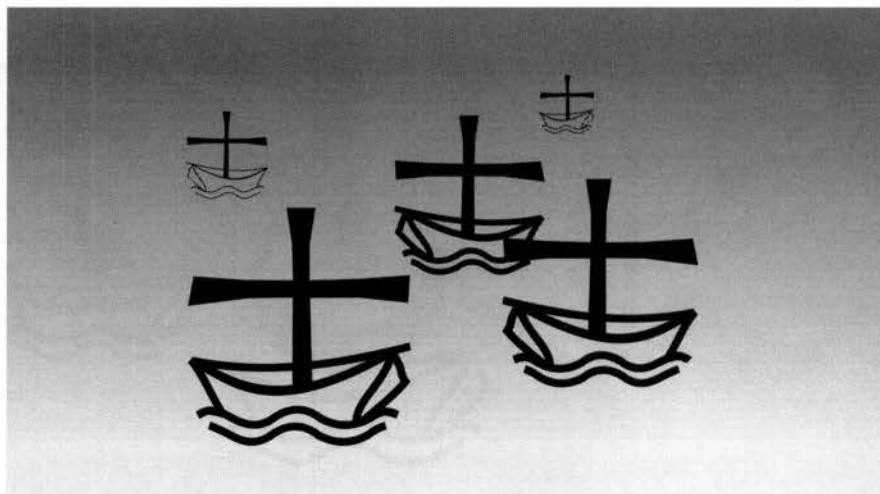
tanto, se fazemos penetrar a concepção de cidadania pela exigência do pluralismo, não há mais motivo algum para erigir em torno da religião precauções especiais. A conclusão de que não existe um cidadão “neutro”, despedido de suas identidades específicas, autoriza aos atores religiosos a participar, enquanto tais, dos debates e da procura de soluções para a sociedade ao lado de outros atores sociais.

Por outro lado, se a modernidade em suas origens identificou religião e fanatismo, muitos religiosos não raramente enxergaram na modernidade um sistema incapaz de regulações morais, atribuindo a ela e aos seus rebentos a responsabilidade pelos problemas que nossas sociedades enfrentam. Em contraposição, apresentam as suas religiões como essencialmente comprometidas com a harmonia das relações humanas. O problema é que tal apresentação exige quase sempre uma espécie de triagem, pela qual o envolvimento das religiões em conflitos de várias escalas é eludido em privilégio de episódios mais nobres de sua história ou das boas intenções de suas doutrinas. Uma visão menos parcial da modernidade e mais crítica de si mesma propiciaria às religiões uma perspectiva mais aberta de intervenção e diálogo com outros atores sociais, religiosos ou não.

Vemos que, em um e outro caso, trata-se de desconstruir certas imagens recíprocas de modernidade e de religião, operação cujo resultado consiste em negar sua oposição essencial. Uma sociedade pluralista supõe que a cena pública não exclua as religiões, e ao mesmo tempo solicita destas “convicções abertas” nas suas relações entre si e com os demais atores sociais. Ou seja, a tolerância entre as religiões evoca necessariamente uma definição sobre sua posição e seu papel em toda a sociedade.

**Emerson Giumbelli**, é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRJ.





## PODEMOS FALAR?

Heidi Hadsell do Nascimento

**A pluralidade é o principal desafio para o movimento ecumênico hoje. Ignorar esse fato é abandonar a vocação ecumênica que é ou deveria ser o reconhecimento e a convivência com o outro, sem cair na tentação de tentar mudá-lo, mas, acima de tudo, apostando no diálogo**

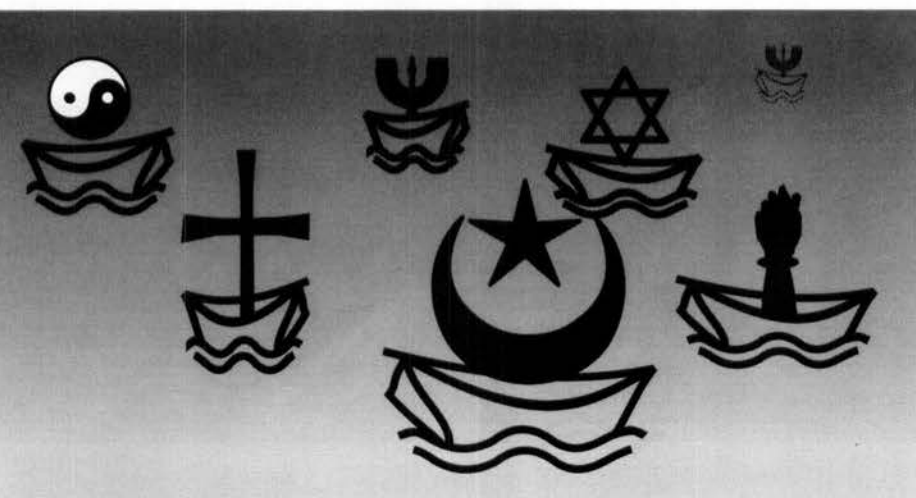
**“P**odemos falar?” Trata-se de uma pergunta que se vem fazendo a mim há muitos anos — pelo menos desde a minha primeira chegada ao Brasil, quase vinte anos atrás, quando não podia falar nem a língua nem da realidade brasileira! Há mil e uma maneiras para se responder à pergunta que acaba se mostrando complexa, pois está associada com questões de poder, de autoridade, de base material, de história que aparecem rapidamente e que pessoas brilhantes, como Jürgen Habermas, são capazes de gastar uma vida inteira se dedicando à tentativa de respondê-la...

Não vou-me ocupar da investigação dessas respostas múltiplas. Em vez disso, limito-me a perceber a pergunta em relação a alguns aspectos do movimento ecumênico dos últimos cinquenta anos, representado, grosso modo, pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI) — reconhecendo que há vários movimentos

ecumênicos — a fim de verificar, ainda que superficialmente, alguns desafios que se apresentam hoje para o movimento ecumênico. Este é herdeiro do projeto moderno do Iluminismo, ou seja, foi construído a partir da esperança de que, reunindo-nos juntos, discutindo, ouvindo um ao outro, nós (isto é, nossas igrejas) poderíamos usar a capacidade comum da razão (a nossa razão ocidental) e acabar nos entendendo, cooperando uns com os outros e, quem sabe, inventando uma nova forma de ser cristão.

Cinquenta anos atrás essa esperança, essa fé em nossa razão (e a razão de nossa fé) constituíam um “sim” corajoso à nossa pergunta “podemos falar?” o qual veio logo após a Segunda Guerra Mundial, e representou o fracasso total de nossa capacidade de falar, de nos entendermos.

Com o passar do tempo, as coisas mudaram e nosso conhecimento foi-



se transformando também, tentando acompanhá-las. Hoje, depois de cinquenta anos de tentativas, sem muito resultado concreto para mostrar; depois da Bósnia, de Ruanda, de mil e um movimentos de libertação e de independência, o projeto moderno — baseado justamente em nossa capacidade de falar — está sendo questionado e até descartado. Com ele incluem-se as instituições — e, naturalmente, o movimento ecumênico.

À luz dessas outras mudanças, é preciso apresentar mais uma vez a nossa pergunta “podemos falar?” Ou, repetindo-a talvez com mais precisão, aceitando a crítica do projeto da modernidade, o fracasso de tanta esperança no projeto moderno: “como, agora, é possível falar?” Há várias respostas recentes a essa pergunta: respostas políticas concretas, filosóficas e religiosas, por exemplo. O povo da Bósnia disse simplesmente “não”, assim como o povo de Ruanda.

Por outro lado, pessoas que apoiaram o tão falado e lamentado processo de globalização respondem “sim” — uma vez que falam a língua (inglês) e seguem a lógica da globalização — e vão mais longe ainda insistindo que a globalização é hoje a única maneira de falar. Em outras palavras, a linguagem da globalização virou o que os franceses cha-

mam de *la pensée unique* (o pensamento único), deixando os outros sem sentido.

#### DUAS RESPOSTAS

No meu mundo acadêmico — o mundo da ética — há duas respostas principais hoje à pergunta “podemos falar?” Uma que diz “sim,” podemos falar, e outra que diz “não”. Os que dizem “sim” — pelo menos na Europa e nos Estados Unidos — são aqueles que estão atrás de uma ética universal, ou seja, uma ética à altura do processo da globalização capaz de incluir todo mundo — independentemente de nossas diferenças e divergências — e também de abordar e tentar resolver os problemas do meio ambiente, da exclusão, os relativos aos direitos humanos, os de caráter científico, etc.

Essas pessoas se colocam contra o *pensée unique* da globalização, mas fazem a oposição por meio da construção de um *pensée unique* moral. Inevitavelmente, a meu ver, criam um pensamento ético tão abstrato que não toca os aspectos mais pertinentes e interessantes do ser humano. Trata-se de uma ética, sim, mas que não ajuda as pessoas a se reconhecerem como tal, viverem coerentemente ou crescerem.

A outra resposta — a resposta

Se realmente admitirmos que o deus do outro é um deus e não o nosso deus disfarçado de Buda, podemos conceber o trabalho teológico e existencial que isso implica?

que diz “não”, que afirma que não podemos mais falar — é a da pós-modernidade, especificamente a da “desconstrução”. Essa linha de pensamento — que tem estado em moda — defende que eu só posso falar de mim, de minha própria experiência, de minha história, de minha especificidade, impossibilitando então qualquer ponte entre a minha identidade, a minha experiência e a do outro...

Uma versão bem menos radical dessa resposta é a chamada ética comunitária — em que é admitido falar desde que com as pessoas mais semelhantes a mim, dentro da minha comunidade, da minha igreja e assim por diante. No mundo político, nós definimos essa postura nos Estados Unidos de política da identidade: mulher com mulher, negro com negro, etc. Um reconhecimento tácito do egoísmo do ser humano.

Têm-se, portanto, duas respostas à pergunta “podemos falar?": uma tão abstrata, tão universal que nela não me encontro nem nela me reconheço; outra tão específica que só me reconheço... O que se nota nos dois casos é que o que acaba sendo evitado, esquecido e posto de lado é justamente aquele elemento central que gera a necessidade de falar e também, às vezes, a vontade de falar: a existência, a presença, o fato do “outro” — um outro que não sou eu, que não é como eu, que me enfrenta como um outro...

## MIL E UM DESAFIOS

Agora, no movimento ecumênico, existe a tentação de se cair num universalismo abstrato e, com menos frequência talvez, a tentação de se optar por um tipo de construção. Se fizermos isso vamos, a meu ver, abandonar a vocação do movimento ecumênico que é ou deveria ser o reconhecimento e a convivência com o *outro* enquanto *outro*.

Enfrentar o outro enquanto outro, hoje, para aqueles envolvidos na aventura ecumênica implica enfrentar mil e um desafios — a começar pelo de não cair em uma das respostas descritas acima. Há dois desafios que gostaria de mencionar.

Admitindo o fracasso do projeto do Iluminismo, precisamos enfrentar o primeiro desafio que é novamente o da pluralidade, reconhecendo que o outro vai permanecer o outro, isto é, a razão ocidental é apenas a razão ocidental, não é razão universal — e razão de qualquer tipo tem os seus limites. Por exemplo: mulher é mulher, não é homem, e entra na conversa como tal. O diálogo pode ser possível, o conflito é provável e o resultado pode até ser transformado — mas mulher não vai deixar de ser mulher, não vai deixar de ser o outro, nem podemos saber até onde iremos nessa conversa... Em termos religiosos, o pentecostal é pentecostal, não é presbiteriano disfarçado, e vai permanecer, pentecostal, ou seja, o outro...

Deixar o outro ser o outro é bem mais difícil do que pode parecer. A tendência, até mesmo no interior do mundo ecumênico, é, depois de um certo tempo, querer mudar o outro (cortar a conversa), ou, então, fracassando nisso, destruí-lo... Por quê? Porque o fato de o outro permanecer enquanto outro inevitavelmente nos questiona, nos provoca dúvidas, nos mostra claramente as nossas limitações...

O outro desafio ecumênico hoje (relacionado à questão do outro) é

ampliar o sentido de ecumenismo e ir além do mundo cristão. Isso significa que devemos reconhecer outras religiões, outros deuses, outras respostas acerca do significado da vida e da morte que não são os nossos. Esse desafio também é mais difícil do que parece. É verdade que muitas pessoas e várias igrejas já reconhecem normalmente a existência e até a validade de outras religiões. Porém, o reconhecimento do “outro religioso”, até hoje, não tem provocado um pensamento teológico.

Dizemos que reconhecemos o muçulmano, o budista, em determinado momento, mas logo em seguida afirmamos o deus cristão de sempre como se nosso conceito e nossa experiência de Deus pudessem permanecer intocados. Quem é o deus cristão numa pluralidade de deuses? Se realmente admitirmos que o deus do outro é um deus e não o nosso deus disfarçado de Buda, podemos conceber o trabalho teológico e existencial que isso implica? Se respondermos “sim”, estamos respondendo “sim” à nossa pergunta: “podemos falar?”.

É através desses desafios e muitos outros que o pequeno mundo ecumênico precisa caminhar. Agora, se conviver com o outro já é difícil, muito mais difícil será produzir uma teologia adequada. Nenhum projeto será possível se adotamos as saídas da moda (um universalismo superficial e abstrato por um lado ou, por outro, a recusa de conversar sobre a desconstrução).

## A VOCAÇÃO ECUMÊNICA

O outro, a fala com o outro são a nossa vocação. A experiência ecumênica, os fracassos e sucessos das conversas e convivências ecumênicas devem nos ajudar a descobrir um caminho e nos dar a possibilidade de dizer, mesmo timidamente “sim, podemos falar”. Temos que encontrar um nível de pensamento e de conversa entre o particular e es-

pecífico, e o universal e abstrato. Vamos ter que conviver com o outro de um modo tal que não seja demasiadamente idealista nem demasiadamente realista. Devemos construir uma conversa no meio-campo que deixe o outro ser o outro mas que aceite dialogar.

Começando com a Bíblia, penso que talvez o Antigo Testamento, com o seu explícito reconhecimento da especificidade do povo de Israel, nos ajude mais que o Novo Testamento, onde o outro, reconhecido por Jesus como outro, na redação acaba sempre virando seguidor de Jesus... Como alguém que se ocupa da ética, penso que uma forma de começar é com os valores. A postura ecumênica seria então aquela que podemos aprender por meio da nossa convivência. Alguns elementos seriam: a) uma identidade sem apologia que nos deixa abertos ao outro; b) um pensamento que é parcial, que aceita fragmentos de sabedoria, da experiência de poder amar o outro como outro; c) uma habilidade de conviver com a ambigüidade, com um futuro aberto; d) e uma aceitação de nossos limites.

Essa construção da conversa do meio-campo — sem querer demais nem de menos —, aceitando que o trabalho maior é com os desafios propostos pelo outro como tal, que vão provocar mudanças em nós (por exemplo, em nossa teologia), parece ser a tarefa atual de pessoas com a vocação ecumênica. Esta seria a nossa maneira de responder à pergunta apresentada: “sim, podemos falar”.

---

**Heidi Hadsell do Nascimento** é vice-presidente para Assuntos Acadêmicos (em licença) do McCormick Theological Seminary, de Chicago (EUA) e atual diretora do Instituto Ecumênico de Bossey, Suíça.



# AINDA O MICROECUMENISMO...

Rafael Soares de Oliveira

**O ecumenismo de várias dimensões e de referencial ético a que se reporta KOINONIA permeia ao que aqui se entende desde micro até macrorrelações, desde o pessoal que respeita a condição humana em sua corporalidade até as expressões coletivas mais amplas. É ele que nutre a esperança nas ações desenvolvidas por KOINONIA diante de uma conjuntura marcada pelos ajustes e pela globalização**

pela justiça e unidade no diálogo com todas as outras religiões. Essa base supõe a *democracia* (que é e sempre será única — aquela que inclui a economia e os direitos sociais).

Aprofundando a perspectiva ecumênica para tomá-la como referência, temos a sensação de que o lugar mais cômodo e mais estável é o campo da ética, aqui tomada no sentido do saber sobre “o que deve ser” ou sobre “o como deveria ser” o mundo.

*Oikoumene*, do grego “todo o mundo habitado” ou *oikos-mene*, *oikos* — ambiente e *mene* — esperar de “pé firme”, desejar. É isso, o desejo faz parte da *oikoumene*.

Talvez pareça uma interpretação peculiar, ou quiçá forçada, mas em

sua defesa importa chamá-la de adequada e representativa de uma perspectiva. Recapitulando, em uma descrição geral de ecumenismo *oikoumene* seria “esperar, contra toda desesperança, que o ambiente dado (*oikologia/ecologia*) e ordenado (*oikonomia/economia*) venha a tornar-se aquele ainda desejado”. Trata-se desse modo de uma ética sem fronteiras, praticamente sempre questionada pela transcendência. Explico: só a conexão viva com a transcendência é capaz de dialogar com a insatisfação, com a não-acomodação, com o desafio de perguntar pela ausência de plenitude e satisfação humana em qualquer projeto.

Ainda que assim o pareça, não é

**K**OINONIA Presença Ecumênica e Serviço foi criada em 1994 sob alguns signos, alguns valores e compromissos que de tempos em tempos se renovam, se reconstróem, se refazem. É oportuno revisita-la e as suas produções de sentido nesse momento cinquentenário do Conselho Mundial de Igrejas, uma forma de presença ecumênica incontestável no mundo. Porém, mais que olhar para trás, é instigante deixar-se questionar pelo futuro e seguir seus desafios.

Há fundamentos em KOINONIA a serem afirmados. *Democracia* e *ecumenismo* são os pilares onde se assentam os objetivos da Instituição, pilares que não podem ser tomados isoladamente, não na tradição ecumênica da qual se alimentam. Afinal, *ecumenismo* designa unidade dos cristãos, unidade de todos os que lutam



Douglas Mansur

difícil acomodar o espírito a essa perspectiva de ecumenismo. De fato, uma perspectiva ética como essa que inclui o desejo evidentemente pressupõe em qualquer projeto o ser humano, afinal é ele o portador privilegiado do desejo. Povos, tecnologias, natureza, são componentes inseparáveis do lugar para onde se dirigem e de onde se projetam os desejos. Estes, impossibilitados que estão de se tornarem históricos, passam a ser horizontes utópicos e escatológicos — elaborados e representados simbolicamente na história das culturas.

Nesse sentido, a perspectiva ecumênica de KOINONIA perpassa diversos campos: do saber, da política, da história... Permeia todas as relações, questionando-as e aliando-se a diversas e plurais formas da esperança humana. Trata-se de uma onipresença, poderíamos brincar — mas afinal essa é a razão de estacionarmos no campo da ética, podermos estar em todos os campos da vida. Vale saber das diversas tangentes, intercâmbios, avaliações e do futuro de relações informadas e atravessadas por essa que constitui nossa particular visão de mundo.

### NAS RELAÇÕES GLOBAIS

Tornou-se desnecessário estabelecer neste fim de milênio qualquer argumento de convencimento quanto a globalização, mercado total, etc. Os noticiários e a crise financeira mundial falam por si só. O nível de impessoalidade a que chegaram os mecanismos supõe processos econômicos funcionando como “vírus”, “epidemias” ou “seres de vida própria”: caso explícito do uso do termo “capital especulativo”. Esse bichinho que apertado de um lado vai para outro, volta, adocece moedas, apodrece economias... É o próprio “espírito” ou “espectro” em ação. Importa a uma visão crítica, sua notória característica: a *indiferença*. E sua grande companheira, a *insensibilidade*. Óbvio está que estamos falando também de *operadores* e *donos* desse “capital” que afinal não é especulativo em si, mas de especuladores.

Gente “jovem” — no Brasil os analistas identificam esses “novos” *donos de capital* com cerca de vinte e seis anos —, donos das fortunas financeiras mais “especulativas”. Elites formadas nos últimos dez a quinze anos, poder-se-ia dizer. Em suma: as abstrações ao mesmo tempo que podem apontar direções vão identificando gente e atitudes. Aqui retornamos ao centro das freqüentes denúncias e análises teológicas feitas contra o “monstro” ou “totem” *deus mercado* nos últimos oito a dez anos: a profunda *indiferença* presente nos mecanismos do “novo capital” diante da exclusão social subjacente a seus processos. E por trás de um aparato ideológico que aponta o mercado como auto-regulado e regulador emergem consciências cada vez menos escrupulosas e mais sem “culpa” pelo destino dos povos.

A despeito da expectativa de mais democracia, os processos de crise sociopolítica têm-se configurado de várias formas, nas quais a exclusão desempenha papel também no Norte ou Primeiro Mundo. Os movimentos sociais e ONGs têm assumido posturas de lutas por qualidade de vida e direitos: ora reduzindo parcialmente os interesses às próprias fronteiras dos seus países de origem, ora tentando tornar universais temáticas relevantes em suas realidades. É o caso de temas gerais como crianças, meio ambiente, direitos da mulher...

Mas é bom que se evite na crítica a simplificação ou a negação de relevância internacional que muitas temáticas assumiram. Nesse sentido, desde o início dos anos 1990 ganharam destaque as diversas *redes de solidariedade*. São muitos os exemplos: desde aquelas voltadas para a denúncia, passando por sofisticadas redes de informação alternativa até outras para ajuda imediata com recursos. Ocuparam nesse período um lugar de destaque no cenário político internacional. Hoje, para falar das redes no futuro, é relevante observar que, um balanço de seu impacto social neces-

sariamente passaria pela capacidade de recursos atualmente disponíveis para alianças internacionais. Há desigualdades também nesse campo, por um lado causadas por acessos restritos às redes, e por outro pelo excesso de estratégia tecnocrática envolvida nas relações (alto investimento em informação e telemática). A impessoalidade parece tornar-se um imperativo estrutural absorvido até mesmo nas estratégias de solidariedade (se é que esse paradoxo é possível).

### NAS RELAÇÕES NACIONAIS

Em destaque hoje no Brasil está a forte dependência econômica do capital internacional e geopolítica dos EUA. Mas em termos locais o universo político está sobretudo regido pela força da aliança para a estabilidade governamental, uma aliança contraditória entre a conservação e o avanço, entre as reformas e o conservantismo. Resultante dessa política na sociedade é o modelo econômico que só alcança consenso quanto às âncoras cambiais e aos mecanismos de ajuda ao sistema financeiro.

O economicismo tomou de assalto a capacidade do governo de fazer política, transferindo para a esfera da assistência social as políticas e projetos que só fazem correr atrás de uma agenda de consequências trágicas advindas do próprio modelo econômico. São exemplos a saúde deteriorada, o desemprego, a persistência do analfabetismo, etc. O governo e suas alianças praticamente formam um bloco que controla a comunicação; ou melhor, na sociedade a informação não-oficial não tem meios significativos para alcançar o grande público. Não há censura, mas sim, pelo acesso restrito, incapacidade das forças de crítica falarem e convencerem a maioria da população. O governo age praticamente sem oposição. Uma confortável e desastrosa hegemonia.

A sociedade não se refez ainda das perdas dos anos de 1980 e início dos de 1990. Os movimentos sociais foram encurralados e, fora raras exceções,

só a radicalidade dos sem-terra conseguiu se impor. No mundo das ONGs as crises financeiras tanto depuraram o conjunto como reduziram espectros e até direcionaram políticas. Há um número grande dessas organizações dependentes de recursos governamentais, assim como há diversas tentativas de operação de redes independentes. A agenda para o futuro está na capacidade de gerar recursos e conquistar alianças solidárias nacionais.

O tamanho dos desafios para as ONGs — que passam por conquistar recursos, articular públicos e acompanhar agendas nacionais, internacionais e temáticas específicas — parece ser intangível. Perspectivas um tanto sombrias são derivadas dessa afirmação, mas o processo deve ser visto de modo positivo e exigente em criatividade. As estratégias devem ser pensadas a longo prazo e a partir do público que se quer articular. Nesses termos uma agenda para o futuro não pode descuidar-se de dois aspectos: a juventude e a vinculação a ações concretas de solidariedade (ações de base, com caráter econômico ou não).

Parece uma receita adaptativa e ingênua — talvez o seja —, mas a eficácia a que se propõe visa atingir o alvo central. Explico: Se o estrangulamento da capacidade de gerar solidariedade está na dificuldade de comunicação com o público e se é esse mesmo público que deverá “financiar” a solidariedade, justifica-se. A ação entre os jovens é vital para alcançar mais massa crítica, disseminar informação e produzir credibilidade — é o velho e bom processo de convencimento “boca a boca” — a médio e longo prazos. Ainda quanto aos jovens há um aspecto fundamental: a solidariedade local necessariamente passa pelas elites (hoje em franco processo de “anestesia” de consciências), o que implica em envolvê-las em propostas alternativas de formação ética.

No que tange às ações concretas de solidariedade por si só as gritantes situações de desigualdades clamam por dignidade, mas acresce a isso a

necessidade de articular processos alternativos e societários, sem impessoalidade, que visem iniciativas mínimas de desenvolvimento. Isso pode ser viável a partir do envolvimento de jovens: em campanhas, em serviços, conhecendo o Brasil e comunicando-se — com seus pares e com a sociedade em geral.

### NA AÇÃO CULTURAL

Como várias outras causas e movimentos, KOINONIA é institucionalmente o resultado do desafio de operacionalizar-se um instrumento de serviço. Corre-se como qualquer outro organismo o risco de justificar-se em si mesmo. Como referência vital busca situar-se por meio da ação cultural. Enfrenta-se desse modo o desafio de ultrapassar a impessoalidade,

**Só a conexão viva com a transcendência é capaz de dialogar com a insatisfação, com a não-acomodação, com o desafio de perguntar pela ausência de plenitude e satisfação humana em qualquer projeto**

o que traduz-se em chegar a rostos, a culturas e a condições de vida diferentes. Se esse é indubitavelmente um imperativo nas relações internacionais, também o é no Brasil.

Uma ação cultural efetiva, que visa criar uma cultura ecumênica e democrática, deve aprender da diversidade das culturas locais no País. Isso só se torna possível pela viabilização de acordos e parcerias com diversas iniciativas e outros organismos envolvidos em causas semelhantes e mesmos princípios. Questões gerais devem ser vistas em seus desdobramentos locais e questões locais podem vir a ter relevância nacional ou geral. Assim se amalgama também a solidariedade. Reconhecendo diferenças étnicas, de

gênero, de religião e outras que não sejam oriundas da desigualdade social, mas de modos de ser e ver diferentemente no mundo — expressões diferentes da capacidade de desejar.

No Brasil isso passa pelos negros, pelas mulheres, pelos jovens, por regionalismos e por outras diversidades, como no caso das religiões. Nessas encontram-se perspectivas diversas que não se pode afirmar estejam em paz e convivendo no pluralismo. Há conflitos no interior de hegemonias culturais. Se é possível notá-los claramente na ascensão dos direitos das mulheres em meio a um país ainda patriarcal e machista, o campo religioso tem suas peculiaridades. A hegemonia católica apostólica romana está questionada pelo crescimento dos pentecostalismos e de diversas ex-



pressões religiosas que se tornam mais públicas — caso das religiões de origem africana e religiosidades da chamada “nova era”. Configura-se um quadro que convencionou-se em KOINONIA designar como “guerra santa”. Há somente uma direção a seguir nesse caso: o caminho da tolerância, do respeito e da capacidade de partilha. Contra as naturais resistências institucionais nesse processo a identidade dos que se aliam ecumenicamente passa pela solidariedade no espírito, pelo compromisso ético pela justiça e pelo reconhecimento das comunidades de fé, mais que suas representações institucionais (ênfase no eclesial, mais que no eclesiástico).

O diálogo inter-religioso surge nesse processo como decorrência natural de uma atitude de respeito ao outro, em que a religião é parte integrante de sua condição societária. Mas a



razão de demarcar a atitude de “diálogo” ultrapassa uma “neutra” atitude de respeito. Propõe-se o relacionamento, busca-se ouvir e dizer: da vida, de revelações, de sentimentos, de espiritualidades... Mais que demarcar os campos da sociodiversidade implícita na diversidade cultural, o diálogo inter-religioso quer saber da experiência — dessa capacidade humana de expressar a transcendência de formas tão diversas e com sentimentos e vivências tão semelhantes. Assim tratada a face que se mostra nesse ecumenismo se permite visualizar mobilidades entre religiões, para o que contribuem sobretudo as experiências de conversão. Desconsiderá-las seria desrespeitar as pessoas e querer “tapar o sol com a peneira”. Particularmente porque vivenciadas muitas vezes de forma tão radical que tornam-se, as conversões, o motor da intolerância e da negação da validade da experiência daquele lugar outrora ocupado, agora abandonado.

Líderes religiosos que usam essa energia vital da conversão para justificar suas posições e atacar supostos adversários no mercado religioso estão contribuindo para a redução da espiritualidade e negando o valor da paz. Esse fenômeno é notório em alguns pentecostalismos no Brasil (tanto dos carismáticos católicos quanto dos neopentecostais ou pentecostais autônomos). O diálogo supõe compromisso e este supõe uma ética comum.

Tem sido práxis de KOINONIA extrair as últimas consequências do diálogo, e estabelecer vínculos efetivos de cooperação e parceria em favor de melhores condições de vida para todos os que “dialogam”. Avançaram todos e ganhou o Brasil com a luta do Fórum Permanente pelo Ensino Religioso, capaz de estabelecer uma agenda civil para a temática ecumênica do ensino sobre religião nas escolas. É pouco, sabemos, pela disposição de uma maioria eclesialista conservadora, mas a lei aprovada é clara: os professores devem ter formação ecumênica e ensinar ecumeni-

camente. Nesse aspecto o campo ainda é de disputa, mas as estruturas a serem e sendo criadas por dever estão respeitando o pluralismo religioso brasileiro... Esse processo pode ser fecundo, senão hoje pelos preconceitos e tendências de “guerra”, ao menos para as próximas gerações.

### **NAS ESCOLHAS DE PRIORIDADES**

O ecumenismo de várias dimensões e de referencial ético a que se reporta KOINONIA permeia o que aqui se entende desde micro até macrorrelações, desde o pessoal que respeita a condição humana em sua corporalidade até as expressões coletivas mais amplas. Já ficou claro, mas é bom repetir, que é impossível compactuar com atitudes e estratégias de comunicação que ainda desrespeitam

**Diante da “guerra santa”,  
há somente uma direção a  
seguir: o caminho da  
tolerância, do respeito e da  
capacidade de partilha**

a pessoa, em usos e abusos como que perversões do imaginário e dos próprios símbolos da vida a fim de atenuar o sofrimento da solidão moderna e criar dependências novas como são os casos do consumismo exacerbado e das drogas. Óbvio, mas incerto ante a “anestesia de consciências”, que não há diálogo possível com políticas que supõem a violação sistemática dos direitos humanos, ferem o princípio de dignidade da pessoa e não apresentam garantias mínimas de sobrevivência, como é o caso no aumento estrutural do desemprego. É um ecumenismo em favor da paz religiosa, com confronto sim, mas para o diálogo, em oposição a toda intolerância e “guerra santa”. Trata-se de uma ética contra os preconceitos e violências autoritárias de qualquer espécie.

Poder-se-ia destacar esse conjun-

to de itens para uma carta de princípios dada a sua aparência de generalidade, mas, de fato, cada ponto se fundamenta na leitura do processo social, econômico e político por que passamos no Brasil e no mundo. Nesse sentido não estamos mais com uma carta de princípios, mas com um conjunto de prioridades e critérios para a ação de uma comunidade/koinonia ecumênica em presença de serviço.

Os desafios que se apresentam às ONGs também se apresentam para as Entidades Ecumênicas de Serviço. Vale recapitular. A ação cultural a que se propõem deve ir ao cerne do bloqueio de comunicação, conquistar aliados e forjar novas consciências e mecanismos de solidariedade para o desenvolvimento. Isso exige o direcionamento ao público jovem e a coragem de envolvimento em projetos de ajuda efetiva no que tange à melhoria de condições de vida. Esse direcionamento e esse envolvimento podem ser a base sobre a qual se assentam as perspectivas ecumênicas para o futuro: tanto da sobrevivência de estratégias desenvolvidas por meio de instituições de serviço, como da capacidade de criar e desenvolver movimentos. Talvez se possa ainda dizer de outro modo: é nisso que depositamos nossas esperanças. Esperanças “com-pactuadas” e fundidas em três dimensões teológicas: da utopia do reinado dos excluídos e seus aliados, nação de proscritos no Reino de Deus; da liberdade dos filhos de Deus contra toda deificação ou idolatria histórica de mercados ou o que quer que seja; e da dignidade da criação para o gozo e a alegria hoje, tempo oportuno à vida na justiça em fraternidade e abundância, qualquer que seja a sua origem cultural e geográfica.

**Rafael Soares de Oliveira** é psicólogo e secretário-executivo de KOINONIA.

# SOPAS

*Se Deus me dissesse para escolher a comida que eu iria comer no céu, por toda a eternidade, não teria um segundo de hesitação: escolheria sopa. Camarão, picanha maturada, salmão à Dali, os pratos mais refinados: tudo me seria insuportável após umas poucas repetições. Mas não é assim com as sopas. Posso tomar sopa por toda a eternidade, sem me cansar.*

*Minha relação com as sopas é mais que gastronômica: é uma relação de ternura. Elas me reconduzem à cozinha de minha casa de menino, ao fogão de lenha, às tardes de inverno. A janta (janta, mesmo; jantar é coisa de rico) era servida às cinco da tarde. Ah! Uma sopa quente que se toma numa tarde fria é uma lareira que se acende no estômago. O calor, aos poucos, se espalha pelo corpo. Com umas gotinhas de pimenta, então, ele se transforma em suor, e se a gente não usa o guardanapo a tempo, as gotas de suor na testa acabam por cair no prato da sopa...*

*Para mim a sopa é um sacramento de intimidade: um objeto físico, presente, no qual vive uma felicidade de que se teve ausente. A sopa quente me transporta para outros lugares, outros tempos. Faço e gosto de sopas frias. Sopa fria de maçã, por exemplo, tem um sabor exótico. Agrada-me o paladar. Mas falta a essas sopas sofisticadas o elemento sacramental: elas não me levam a lugar algum. Falta-lhes o calor para me reconduzir ao espaço de intimidade.*

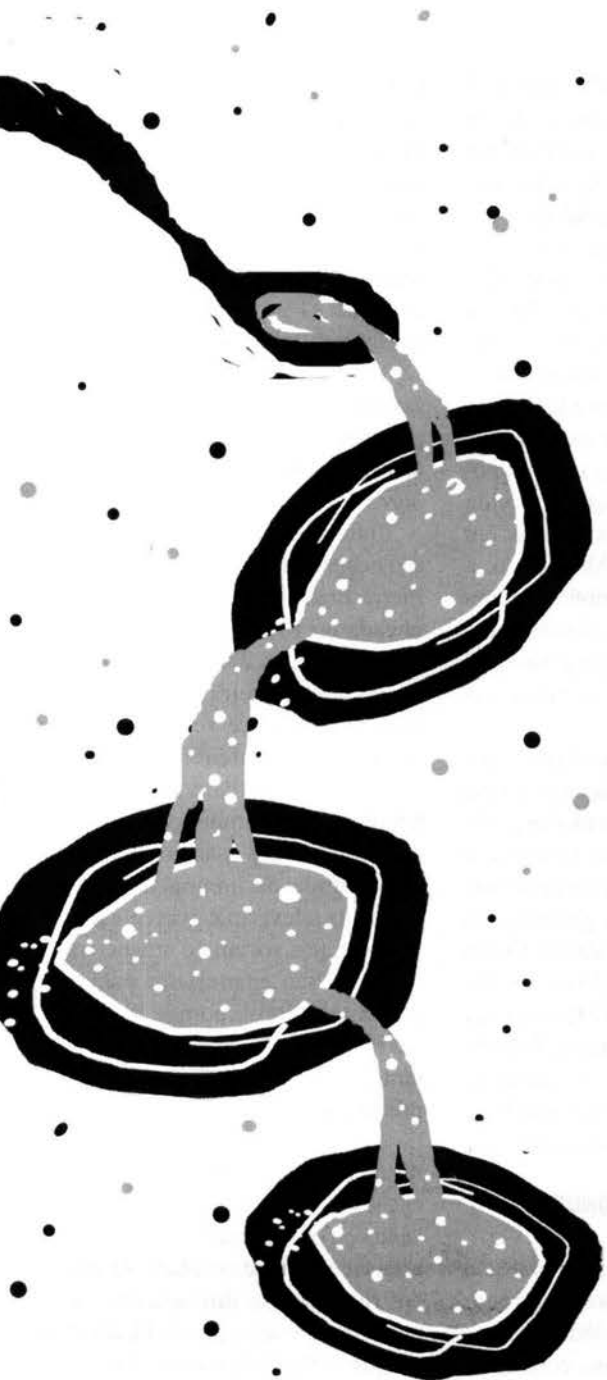
*Sopa é comida de pobre. Sopa fina, creme de aspargos, creme de palmito, sopa gelada de maçã, é nobreza posterior. As sopas fundamentais se fazem com sobras. Sobra, é só pobre quem guarda. Sopa é comida de guerra, de fome, quando qualquer raspa de comida é bem preciosa, que não pode ser perdida. Rico não guarda sobra. Não precisa. É humilhante. Sobra de rico vai para o lixo. Sobra de pobre vai para o caldeirão de sopa. As sopas fundamentais se fazem com sobras, destinadas ao lixo. A sopa é uma poção mágica por meio da qual o que estava perdido é salvo da perdição e reconduzido à circulação da vida e do prazer.*

*A imaginação da Bachelard diz que a matéria também imagina. A água imagina arco-íris. As sementes imaginam flores e árvores. O mármore imagina “Beijos” (Rodin) e Pietás (Miguel Ângelo). Os rios imaginam nuvens (Heládio Brito). As comidas também imaginam. O churrasco imagina espetos, facas, garfos: objetos fálicos, masculinos, infernais. O churrasco precisa de perfurações, cortes, dilacerações. As mandíbulas lutam com a carne. A carne resiste.*

*Já a sopa é mansa. Não é para ser comida. A colher é um côncavo, um vazio, o feminino. Nada é perfurado. O gesto é o de “colher”: a colher colhe, sem violência. Sempre tive implicância com uma etiqueta snob, para a tomada de sopa: que o delicado é tomar a sopa com o lado da colher, e não com o bico. Ora, ora — eu argumentava — por analogia a gente deveria comer comida sólida com lado do garfo, o que não é possível. De fato. Não é possível. É que o garfo pertence à ordem dos talheres pontiagudos, perfurantes: entram pela frente. A colher pertence à ordem dos talheres discretos e modestos: entram pelo lado, mansamente...*

*Salvador Dali, quando menino, sonhava em ser cozinheiro. Preferiu a pintura e produziu suas maravilhosas telas surrealistas. O realismo, em pintura, se constrói sobre o pressuposto de que as coisas são aquilo que parecem ser, nem mais e nem menos. Os olhos, diante de uma tela realista, jamais experimentam a surpresa do impossível ou do impensado. O realismo confirma aquilo que os olhos comumente vêem. O surrealismo, ao contrário, acha que aquilo que os olhos comumente vêem é muito pouco: se olharmos com atenção perceberemos que as coisas são, ao mesmo tempo, o que são e também outras: elefantes se refletem nas águas de um lago como cisnes, cenários compõem o corpo erótico de uma mulher, o corpo de Cristo é transparente e através dele se vêem mares, montanhas e barcos. O realismo confirma o criado. O surrealismo recria o criado.*

*As sopas são a versão culinária do surrealismo. Tivesse realizado sua vocação primeira, Salvador*



*Dali seria um especialista em sopas. Pois as sopas se fazem negando as coisas, na sua realidade natural bruta e transformando-as por meio das relações insólitas que o caldo torna possíveis. O caldo da sopa é o meio mágico que junta no caldeirão aquilo que, na natureza, nasceu separado. Creio ser impossível catalogar as combinações possíveis: fubá, trigo, batata, alho, cebola, nabo, cenoura, tomate, ervilha, ovo, abóbora, mandioca, cará, inhame, carne, peixe, galinha, mariscos, repolho, couve, beterraba, aspargo, palmito, feijão, arroz, queijo, azeitona, pão, maçã, abacate, temperos, pimentas, orégano, tandore — uma canja verdadeira não é canja se lhe faltarem algumas folhinhas de hortelã. E é preciso não nos esquecermos de que sopa é a única comida que pode ser feita com pedra, como nos é relatado numa das histórias clássicas que se contam para crianças e adultos.*

*Gosto de sopas, ainda, por serem elas entidades do mundo dos magos, bruxas e feiticeiros. No mundo mágico não se usa churrasco. Magos, bruxas e feiticeiros fazem suas poções em enormes caldeirões de sopa, como é o caso de Panoramix, druida do Asterix e do Obelix, que prepara sua bebida de força imbatível num caldeirão de sopa fervente.*

*Prefiro as sopas rústicas — e fazê-las me dá um grande prazer. A sopa de fubá em suas múltiplas versões, o caldo verde, a canja com hortelã, a multicolorida sopa de legumes: sopas são sempre uma alegria. As sopas rústicas dão permissão para se jogar nelas o pão picado. Haverá coisa mais feliz que isso? Reúno-me com alguns amigos, às segundas-feiras, para ler poesia, ao redor de um prato de sopa.*

*Uma última informação: sopas são remédios maravilhosos contra depressão. Quando a sopa quente, cheirosa, colorida e apimentada bate no estômago, a tristeza se vai e a alegria volta. Não há melancolia que resista à magia de um prato de sopa...*



# ESTRUTURAS DEMÔNICAS NA VIDA URBANA

Jaci Maraschin

**A globalização, com sua exigência de homogeneização, é uma das principais forças demônicas do mundo de hoje. Elas militam contra a vida e contra a alegria de viver, e o resultado de sua atividade se reflete nas multidões de desempregados, de famintos e de inumeráveis categorias dos "sem". A saída é a beleza, por meio da qual o mundo sai do opaco e pode ser novamente transparente**

**A**s cidades modernas estão-se transformando em ameaçadores leviatãs. Aumentam de tamanho e engolem milhões de seres humanos em suas entranhas desumanas. Mais do que os grandes centros do Primeiro Mundo, as cidades do mundo em vias de desenvolvimento atraem populações marginalizadas para dentro de seus limites. No mundo capitalista desenvolvido, mais de 70% dos cidadãos já vivem nas cidades. No mundo em vias de desenvolvimento as populações tendem a se aglomerar em uma ou duas grandes cidades de cada país. Segundo estatísticas da Divisão de População das Nações Unidas as dez cidades mais populosas do mundo são Tóquio (26,8 milhões), São Paulo (16,4 milhões), Nova York (16,3 milhões), México (15,6 milhões), Bombaim (15,1 milhões), Shangai (15,1 milhões), Los Angeles (12,4 milhões),

Beijing (12,4 milhões), Calcutá (11,7 milhões) e Seul (11,6 milhões). Essas estruturas urbanas estão surgindo em relação com algumas forças que poderíamos chamar de demônicas.

A primeira dessas forças é o que se costuma chamar hoje em dia de globalização. Tenho amigos que vêem na globalização mais virtudes do que vícios. Ela transformaria o mundo numa grande aldeia (McLuhan) e facilitaria as comunicações entre as pessoas. Redes eletrônicas como a Internet poderiam tornar as condições de vida mais amenas e ajudar as pessoas em suas tarefas rotineiras. Além disso, a criação de mercados regionais (como o Mercosul) ou mais abrangentes (como o Comum Europeu) transformaria as relações comerciais em exercícios de justiça e paz.

Em que pese o idealismo (no sentido filosófico) que perpassa por essa onda, há fortes arregimentações práticas, portanto, pragmáticas (políticas e econômicas) em favor desse processo. Debaixo da etiqueta da globalização escondem-se muitos demônios. Como rezam as tradições religiosas, os demônios costumam se disfarçar para enganar as criaturas humanas. Em termos mais secularizados, os disfarces se valem das ideologias e as ideologias fazem de conta que não existem.

## DIZER O FÚTIL PARA ESCONDER O ESSENCIAL

Não vou estabelecer uma hierarquia de valores (ou de desvalores) para enumerar alguns desses demônios do cotidiano. Começo ao acaso com o fenômeno da homogeneização. Numa sociedade globalizada importa que

tanto procedimentos como costumes sejam sempre iguais. Na verdade, como nem sempre esses elementos são iguais, torna-se necessário o estabelecimento de um processo de liquidação tanto mais acelerado quanto mais diferentes possam aparecer as ameaças. O processo de homogeneização (todos devem ter os mesmos desejos e comprar as mesmas coisas para satisfazer esses desejos) vale-se de importantes instituições que vão desde os meios de comunicação de massa até as universidades, igrejas e lares.

Entre esses instrumentos a televisão ocupa lugar de primeira grandeza. Pierre Bourdieu, em recente obra publicada no Brasil (*Sobre a televisão*, Rio de Janeiro, Zahar, 1997, 143 p.), analisa de maneira contundente os mecanismos desse veículo de comunicação e seus efeitos na sociedade contemporânea. Ela é poderoso "instrumento de manutenção da ordem simbólica". Para manter essa ordem, sob a égide da homogeneização, o tempo da televisão é diferente dos demais tempos sociais (e artísticos). Os minutos "são empregados para dizer coisas tão fúteis" porque "essas coisas tão fúteis são de fato muito importantes à medida que ocultam coisas preciosas".

A televisão insiste em modelos de diversão que apenas servem para preencher os vazios da vida cotidiana com "nada ou quase nada" (idem). Ela está a serviço da mediocridade. O medfocre relaciona-se diretamente com o uniforme e com o banal. Flaubert dizia que "é preciso pintar bem o medfocre" (citação de Bourdieu). As programações de nossas emissoras de TV

estão a serviço do discurso único da globalização. Mesmo os programas considerados mais “sérios” obedecem ao tempo da TV que simplifica e reduz a quase nada até mesmo a fala de filósofos e teólogos. Não se tem mais originalidade. “Dizemos muito menos coisas originais do que acreditamos”. As informações recebidas são sempre as mesmas em todos os canais disponíveis. É provável que apenas mude a ordem de apresentação. Segundo Bourdieu, “para saber o que se vai dizer é preciso saber o que os outros disseram”. Todos os interlocutores acabam se refletindo uns nos outros e produzem uma espécie de efeito barreira “de fechamento mental”.

### O OBSCURECIMENTO DO MUNDO

Considero Heidegger um profeta dos tempos modernos. Sua filosofia exerce certo tipo de exorcismo de que muito precisamos. As estruturas demônicas no cotidiano da vida urbana são responsáveis pelo que Heidegger chama de “fuga dos deuses” e de “obscurecimento do mundo”. O demônio sempre esteve relacionado com as trevas em oposição à luz de Deus. Cansados de esperar pela madrugada, os habitantes da cidade começam a ficar desencantados. Esse desencantamento revela-se na ausência de vida comunitária. O declínio das comunidades em favor da globalização vem acompanhado do declínio da autonomia. Parece que o outro se revela meu inimigo à medida que se distancia de mim e se fecha em seu pequeno mundo pessoal. A sociedade começa a se fazer autista. Eu me encerro em meu carro ouvindo a minha música por meio do uso de fones de ouvido. Essa música deixa de ser compartilhada com os outros. Vou dançar na discoteca a ritmada música do rock. Mas não toco em ninguém. Eu acabo me bastando a mim mesmo.

A globalização com a conseqüente homogeneização leva a maioria das pessoas a abandonar a possibilidade de pensamento próprio e criativo. Já vimos como a televisão nivela por baixo. Ela, na verdade, “não é muito pro-

pícia à expressão do pensamento”. Mesmo quando Heidegger afirma o fim da Filosofia, não o faz em detrimento do pensamento. O pensamento é a característica distinta do ser humano. Ele antecedeu à Filosofia e certamente permanecerá depois dela. A atividade de pensar sempre esteve ligada a certo tipo de ócio. Não se pensa na correria da bolsa de valores. Grita-se. O pensamento se dá no recolhimento e na contemplação. É preciso tempo para se pensar. Ou, melhor ainda, é preciso disponibilidade ao tempo do pensamento. As pessoas que pensam não gostam de trabalhar com métodos de leitura dinâmica. A verdadeira leitura deve ser demorada. O pensamento é inimigo da velocidade. É por isso que o tempo da televisão é rápido. Quanto mais rápido melhor. Como no mundo opaco e obscurecido da modernidade é melhor que não pensemos, e como somos, por natureza, seres pensantes, optamos por pensar apenas o que já se pensou. A banalização da cultura depende desse nosso compromisso com o pensamento feito. Ora, se as idéias são todas feitas, se todos já sabemos o que se pensa e o que devemos pensar, “a comunicação é instantânea porque, em certo sentido, ela não existe”.

Mas por que a globalização precisa dessa opacidade e desse obscurecimento? Ironicamente, o título que se dá ao movimento filosófico criador da modernidade é “iluminismo”. É provável que em seu nascedouro, o “iluminismo” representasse certo esclarecimento em face do obscurantismo do período pré-científico. Mas as alianças dos poderes políticos e militares com o capital levaram o mundo às sombras debaixo das quais tudo se resolve nas dependências do Banco Mundial.

A manutenção da globalização, com os privilégios que ela produz e mantém para alguns, precisa ainda do instrumento da censura. A censura é um dos fatores fundamentais para a manutenção da opacidade do mundo. O processo de homogeneização está

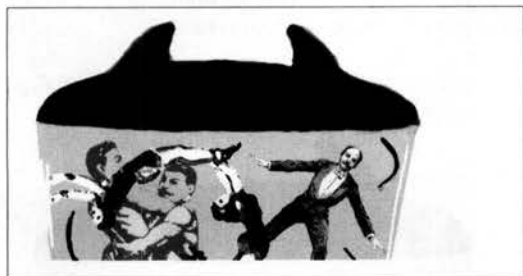
calcado em promessas que são esquecidas porque não se cumprem. Se examinarmos com certo vagar as afirmações da grande conferência ecológica realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco 92) — quando líderes de 178 nações se comprometeram a ajudar, proteger e preservar o ambiente do planeta Terra —, perceberemos cinco contradições básicas. Examinemos



Marta Strauch

Os problemas do conformismo da Igreja oficial originaram-se na interpretação literalista e fundamentalista da Bíblia que tendia a ver o demônio mais como um estranho ser hediondo e assustador do que como manipulações dos que têm poder em detrimento dos que não têm

A superação do demônico nos leva à experiência da alegria e da liberdade, que contrasta com o cotidiano quase sempre pesado, triste, cansativo e sem graça



rapidamente o que se prometeu e o que se fez até agora.

No campo da *biodiversidade*, nossos líderes afirmaram que o seu declínio se devia aos resultados da ação humana, reconhecendo as ameaças que isso representava para todos nós. Nestes últimos anos houve, no entanto, aceleração da perda de espécies com a invasão de ecossistemas por nós humanos. No campo *climático*, a Eco 92 tomou conhecimento do problema sério do aquecimento da Terra por causa das emissões de dióxido de carbono na atmosfera. Como resultado dessa tomada de consciência, as nações ignoraram os alvos estabelecidos e nada aconteceu.

No campo do *desflorestamento*, os participantes daquela conferência resolveram tomar medidas para a manutenção das reservas florestais de então. Na verdade, as nações continuam a devastar as florestas em áreas semelhantes à do Nepal, cada ano. No campo do *financiamento*, os delegados pediram que as nações ricas aumentassem a ajuda aos países em vias de desenvolvimento na proporção de 7% de seu produto nacional bruto. Até agora alcançou-se apenas a média de 3%. Convém observar que a ajuda oficial dos Estados Unidos a essas nações caiu por volta de 37% entre 1992 e 1995. No que concerne aos *problemas*

*populacionais*, as recomendações em favor do controle da natalidade enfrentaram constante resistência da parte de entidades conservadoras lideradas pelo Vaticano.

### OS PERIGOS DO DEMÔNIO

A vida urbana está cercada de muitos demônios. São forças que militam contra a vida e contra a alegria de viver. O resultado de sua atividade se reflete nas multidões de desempregados, de famintos e de inumeráveis categorias dos "sem". A sociedade deixa de ser solidária e se constitui de grande número de excluídos.

As Escrituras Sagradas, com sua belíssima linguagem simbólica, advertem-nos contra os ataques do demônio e inspiram o coro dos monges a cantar nas Completas este versículo da Primeira Carta de Pedro: "Sede sóbrios e vigilantes. O diabo, vosso adversário, anda em derredor, como leão que ruge procurando alguém para devorar" (5.8). Jesus e seus discípulos acostumaram-se a expulsar demônios. Essa era uma das principais atividades essenciais de seu ministério.

E a Igreja, principalmente por meio de seus movimentos mais libertadores, sempre se manteve nessa linha. Os problemas do conformismo da Igreja oficial com "as potestades deste mundo" originaram-se na interpretação literalista e fundamentalista da Bíblia que tendia a ver o demônio mais como um estranho ser hediondo e assustador do que como manipulações dos que têm poder em detrimento dos que não têm. Os demônios que afligem o cotidiano urbano não são as figuras grotescas concebidas pela mentalidade mitológica da Idade Média, subordinadas a literaturas orientais antigas. São, isso sim, essas forças construídas pelo egoísmo humano, erigidas em formas de sistemas sociais, políticos e econômicos, e destinadas a destruir o mundo, em última análise.

### A SUPERAÇÃO DO DEMÔNICO

Poderíamos dizer, em conclusão, que a missão tanto da Igreja como da Uni-

versidade consiste em exorcizar esses demônios. Tanto a Igreja como a Universidade executam suas tarefas num contexto tradicional. Isso significa que sempre querem preservar as leis (ou cânones), as regras existentes e as instituições que as mantêm. Não demonstram suficiente exercício de imaginação para se transformarem em instrumentos de vida voltados para a transformação da realidade social.

Num contexto dominado pela banalidade perdemos a dimensão humana das coisas e da vida. É por isso que em geral as pessoas não se dão conta da beleza. A beleza é o contrário do demônico. Heidegger dizia em *Holzwege*: "A beleza é o modo do acontecimento da verdade enquanto desocultamento". É por meio dela que o mundo poderá de novo ser transparente e não opaco. O contexto de nossa vida urbana transforma a arte numa experiência distanciada da beleza. Daí a cultura do plástico. Essa banalização da arte, visível de maneira exemplar nos programas de TV, interessa à cultura da homogeneização e, portanto, da globalização. As estruturas demônicas no cotidiano da vida urbana tornam o mundo pesado. Não foi sem razão que Platão simbolizou a banalização da vida na terra com a noção de peso.

A superação do demônico nos leva à experiência da alegria. Essa experiência que também podemos sentir na pele é, na verdade, a experiência da liberdade. Ela contrasta com nossas experiências do cotidiano quase sempre pesadas, tristes, cansativas e sem graça. Alegria tem a ver com leveza. O contexto (em que vivemos) inclui o mundo com seu orgulho e soberba, com suas tradições e falsas seguranças, com sua opacidade e feiúra, e com o seu peso. A leveza é o aspecto mais relevante da missão porque inclui na sua irrelevância aparente a crítica mais inteligente ao peso, à dureza, à aridez e à frieza de nossa sociedade urbana contemporânea.

**Jaci Maraschín** é teólogo e Pró-Reitor Acadêmico da Universidade Metodista de São Paulo.



# PROJETO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM EDUCAÇÃO TEOLÓGICA

**I**niciado em 1997 este Curso tem por objetivo oferecer educação teológica aprofundada para agentes religiosos, leigos ou ordenados, com o intuito de reciclá-los em seu conhecimento previamente adquirido de modo a prepará-los para estudos acadêmicos mais avançados e a prática docente. Desenvolvido em módulos intensivos anuais, durante três anos, o Curso se estrutura a partir de um período de aulas concentradas durante as férias escolares no princípio do ano e tem sua continuidade, através de leituras dirigidas e trabalhos monográficos. No período subsequente de março a setembro é acompanhado, via correspondência e sob a supervisão de KOINONIA, pelos respectivos professores separando os padrões estabelecidos pela lei quanto à pós-graduação *lato sensu*. Até aqui o Curso tem sido desenvolvido em convênio com o McCormick Theological Seminary de Chicago, Estados Unidos, que expedirá o certificado de conclusão aos alunos aprovados no final do terceiro módulo.

Procurando compreender a defasagem entre as propostas das igrejas e a realidade sociocultural que as envolve KOINONIA começou a dar-se conta das carências na formação teológica presentes na maioria dos seminários confessionais ou interdenominacionais que se multiplicaram pelo país a partir da década de setenta. Analisando as posturas e as perspectivas da maioria das igrejas, seus conflitos intra e intereclesiais, as atitudes profundamente antiecumênicas da maioria delas, sua visão simplista da sociedade brasileira, etc., KOINONIA relacionou uma série de fatores de ordem histórica, cultural, social e política capazes de iluminar e explicar o quadro de indigência do pensar teológico que caracteriza, hoje, grande parte do universo eclesial nacional. Dentre eles destacamos alguns:

1. O anti-intelectualismo da tradição pietista-puritana que marcou o desenvolvimento do imaginário religioso das Igrejas do protestantismo histórico brasileiro, assim como o dogmatismo inflexível de setores importantes da Catolicismo Romano.
2. Os eventos históricos gerados no Brasil pela implantação do regime militar, a partir de 1964, com sua profunda ressonância no interior da maioria das igrejas que, controladas por setores identificados com o regime, suprimiram por décadas o debate democrático interno, eliminaram instâncias de reflexão crítica e impediram com isso o florescimento de um processo de criação teológica necessário à preservação e recriação contínua da identidade confessional e a consolidação de um pensar teológico dinâmico e crítico enraizado na experiência sociocultural das diferentes igrejas.
3. O anticatolicismo visceral das propostas missionárias protestantes que nunca possibilitaram às Igrejas uma distinção clara entre a cultura brasileira e a religiosidade romano-católica e que gerou nestas um espírito de cruzada anti-romanista identificado, sem outros matizes, com a tarefa evangelizadora da Igreja.
4. O surgimento, a partir do final da década de 1960, de um pensar teológico marcadamente sintonizado com a realidade socioeconômica e cultural

latino-americana, via as chamadas Teologias da Libertação, de viés preponderantemente ecumênico, recondicionou as relações intra e inter-ecclesiais agravando as perspectivas de enfrentamento pelo lado conservador e abrindo novas perspectivas de diálogo e cooperação pelo lado dito progressista. As transformações sociopolíticas e econômicas no entanto, favorecem a eclosão do movimento Pentecostal-Carismático que lançou grande parte das igrejas numa disputa sem quartel pela hegemonia do mercado religioso apagando identidades confessionais mal constituídas e afetando as recém criadas possibilidades de diálogo e cooperação ecumênicos.

O Curso de "Teologia e Ministérios" oferecido por KOINONIA, preparando-se agora para seu terceiro ano de atividades, procura ser uma contribuição, dentre as poucas existentes, no sentido de propiciar um espaço livre para uma reflexão teológica contestadora do "pensamento único" que parece majoritário no contexto atual de nossa sociedade e nossas igrejas. Pequeno, despretensioso e enfrentando muitas dificuldades para a sua implementação, este Curso, graças à dedicação e solidariedade de alunos e professores, procura apenas ser um testemunho da esperança daqueles que ainda estão confiantes nos valores do Reino, no Evangelho da liberdade.



KOINONIA



## **"Não há, ó gente, ó não, amor maior que um Deus irmão"**

Um jesuíta, reunido com gente humilde da roça, pergunta ao grupo: "Afinal, quem é Deus na vida de vocês?"

Severino, um velhinho simpático, um dos últimos a falar, comenta: "Deus é meu chão. Se caminho na vida é porque ele me dá segurança. Neste chão que é Deus, construo meu trabalho, minha família, meu presente e meu futuro. E tem mais... Neste chão, que é Deus, entrego o lixo da minha vida: os lados negativos, meus defeitos, minhas fraquezas humanas. E Deus, que é Pai transforma tudo em fruto, alimento e flores. Caminho tranquilo e sou um homem feliz, realizado... porque Deus é meu chão!"

Lembrando-se desse significativo depoimento de "Severino-Deus-é-meu-chão", o jesuíta conclui que Natal é exatamente isso: "Natal é Deus eterno tocando o chão do tempo para sentir nossa realidade e palmilhar nossos caminhos". Severino, na sabedoria e na lucidez dos seus setenta anos, captou toda a teologia natalina (Padre Roque Schneider, S.J., de "Notícias", nº 168, publicado em "Perto está o Senhor", editado por Dorothea Wulfhorst, Editora Sinodal).

Vivemos e caminhamos na expectativa, de esperança em esperança! Quase sufocados pelos percalços e desafios que vêm de todos os lados, e um tanto desaminados pelos itinerários difíceis e desesperançosos que a humanidade palmilha, chega de novo ao nosso coração o lembrete do poeta hindu Rabindranath Tagore: "Se você um dia perder a esperança, vá procurá-la no fundo dos olhos de uma criança". Assim como Severino, também Tagore captou a teologia natalina.

Tantas vezes me parece tão complicado entender que Natal tem a ver com "a paz de Deus que excede todo entendimento", mas tem a ver também com desconforto. Natal chega a ser sinônimo insubstituível de desconforto... Pois João, poeticamente, nos revela que o Verbo desconfortavelmente se fez carne e armou a sua tenda entre nós.

Quantas vezes, como diz João Cabral de Melo Neto, em "Morte e Vida Severina", a gente tem vontade de "saltar, numa noite, fora da ponte e da vida"?... E, no entanto, ele o filho de "Seu José, mestre carpina", saltou para dentro da vida, para dentro da nossa vida. E ele "é belo, porque o novo todo o velho contagia./ Belo porque corrompe com san-

gue novo a anemia./ Infecciona a miséria com vida nova e sadia,/ com oásis, o deserto, com ventos, a calmaria..." (de "Morte e Vida Severina")

O Natal traz consigo uma proposta de diálogo. Deus ama. Deus dialoga. E quando falamos de diálogo, naturalmente lembramos de Paulo Freire: "Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e recriação, se não há amor que a infunda."

O que é a encarnação senão uma belíssima e desconfortável proposta de diálogo da parte do Pai, que também é Mãe, da parte do Filho, que também é nosso irmão? E de novo voltamos para Paulo Freire e sua citação, que tem tudo a ver com Natal — Encarnação: "A auto-suficiência é incompatível com o diálogo. Os homens que não têm humildade ou a perdem, não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar, para chegar ao lugar de encontro com eles..."

Natal — lugar de encontro com um Deus irmão!

Jesus Cristo — "companheiro de pronúncia do mundo"!

Em meus anos de vida, tive a felicidade de guardar na minha lembrança muitas noites felizes de Natal. Há uma celebração de Natal, porém, que sempre de novo evoco do fundo da minha saudade... Como capelã do Hospital Evangélico do Estado do Espírito Santo, em Vila Velha, havia organizado a celebração de Natal dos nossos pacientes. Sempre de novo me emociono, quando lembro a emoção dos nossos enfermos, que, juntando suas forças, juntando suas vozes, e repartindo conosco a sua esperança, cantavam "Não há, ó gente, ó não, amor maior que um Deus irmão." (Música: João Pernambuco; letra adaptada para o Natal por Rev. Carlos Cunha).

"Natal é festa de alegria incomparável quando Deus se faz palpável em Jesus, o nosso irmão.

Por isso todos, irmanados na magia desta linda melodia, repitamos o refrão! Não há, ó gente, ó não amor maior que um Deus irmão."